



Experiências em
Pedagogia
Feminista

Carmen Silva (org.)



edições
sos corpo





Experiências em
Pedagogia
Feminista

Carmen Silva (org.)

SOS Corpo

Recife, 2010



edições
sos corpo

Experiências em Pedagogia Feminista

Organizadora: Carmen Silva

Secretaria de Produção: Fernanda Meira e Fátima Ferreira

Revisão: Valéria Andrade

Design Gráfico: Isabela Faria e Matheus Barbosa

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: Provisual

Apoio: União Européia; EED; Oxfam Novib

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das ideias aqui expostas por todos os meios (conhecidos ou desconhecidos). Para a cópia e difusão dos materiais publicados, favor citar as fontes.

SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

Rua Real da Torre, 593 - Madalena - CEP 50610-000 - Recife PE

Tel: + 55 81 3087 2086 Fax: + 55 81 3445 1905

email: sos@soscorpo.org.br

www.soscorpo.org.br

P 371

Experiências em pedagogia feminista / Carmen Silva (Org.). –

Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a

Democracia, 2010.

128p.

1. Educação feminista 2. Movimento de mulheres. I. Silva, Carmen (Org.).

CDU 305.4



Sumário

6 *Apresentação*

8 *Os sentidos da ação educativa no feminismo*

Carmen Silva

28 *Formação sobre violência contra as mulheres:
um olhar sobre desafios pedagógicos na experiência
da AMB (Brasil, 2005 - 2009)*

Verônica Ferreira e Carmen Silva

54 *Novos Sujeitos Políticos para o enfrentamento
da dominação das mulheres na Zona da Mata
de Pernambuco (2000 - 2006)*

Silvia Camurça

108 *Desafios do fortalecimento de organizações
de mulheres que atuam nas regiões
Norte, Nordeste, Centro-Oeste (2007 - 2009)*

Carmen Silva

Apresentação

Pesquisas na área de educação têm tomado as relações sociais de gênero como elemento de análise para diferentes situações educacionais. As desigualdades entre homens e mulheres marcam o universo escolar em vários âmbitos, a exemplo do livro didático, a dinâmica de sala de aula, o uso do tempo livre, as relações de trabalho, entre outras. Neste livro consideramos a educação a partir de outros processos. Trataremos das experiências de Educação Não Formal, mais precisamente do campo de estudos que analisa a relação educação e movimentos sociais, neste caso, mais precisamente, a educação realizada pelo feminismo.

No âmbito dos movimentos sociais estas experiências educacionais são nomeadas como formação, e alguns movimentos constituem internamente políticas de formação, o que, arriscaríamos dizer, tem equivalência com aquilo que no espaço escolar é chamado de projeto pedagógico. As políticas de formação reúnem um conjunto de elaborações destes movimentos sobre concepção pedagógica, objetivos e temas prioritários, estrutura interna necessária ao desenvolvimento das ações, entre outras. Alguns movimentos sociais possuem também escolas e/ou centros de formação específicos.

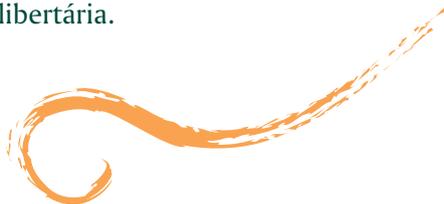
A ideia, nesta publicação, é apresentar para o debate público uma concepção de educação e de desafios educacionais colocados para a formação do movimento feminista a partir das experiências de uma das instituições que o constituem: o SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia. Esta elaboração faz parte do esforço coletivo que

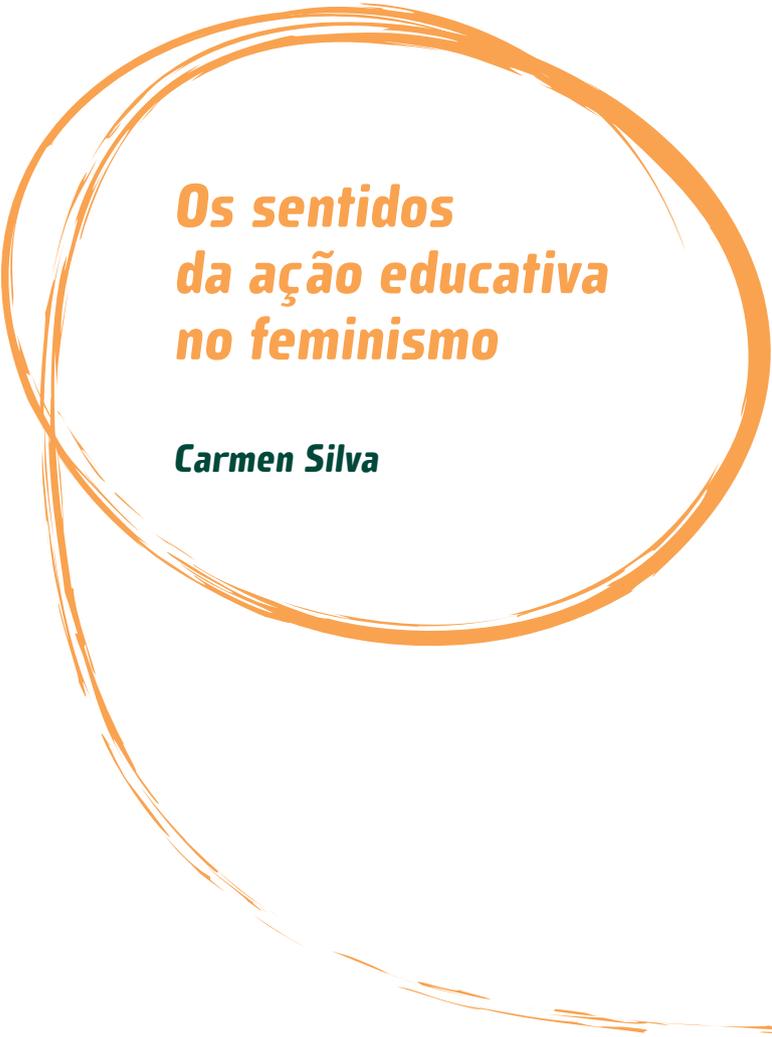
o feminismo vem fazendo de refletir sobre a relação entre as suas atividades educativas e a própria constituição do movimento feminista como parte do campo político dos movimentos sociais.

As limitações da democracia na qual vivemos, dadas pela hegemonia neoliberal e o seu projeto de destituição da política, associada à permanência da dominação masculina, impõem a necessidade de reafirmação da ideia de ação política como modo de transformação.¹ O SOS Corpo, como organização político-profissional auto-gestionária que integra o movimento feminista, apresenta esta reflexão sobre os desafios para formação político-feminista hoje, ligados à auto-constituição do movimento como sujeito político na luta pela transformação do mundo e da situação das mulheres.

O artigo ‘Os Sentidos da Ação Educativa no Feminismo’ traz uma síntese dos debates realizados no Instituto e, em parte, no seminário nacional ‘Feminismo e Prática Educativa no Movimento de Mulheres’, realizado em setembro de 2008. Os outros textos são sistematizações de experiências realizadas pelo SOS Corpo e/ou compartilhadas por ele com outras organizações feministas.

Esperamos contribuir para constituição de uma pedagogia feminista no interior do Movimento de Mulheres por meio de reflexões sobre a relação educação e movimentos sociais, a partir de uma perspectiva de educação emancipatória e libertária.





***Os sentidos
da ação educativa
no feminismo***

Carmen Silva

O movimento de liberação das mulheres – o feminismo – é um texto que se desenvolve, não uma tese. É uma linha melódica, não uma marcha militar. É uma inspiração, a inspiração de um sopro. O feminismo se respira mais do que se enuncia. De tanto dar o último suspiro, ele renasce.

Françoise Collin

As organizações e movimentos feministas, em sua grande maioria, têm como parte substancial da sua ação cotidiana o trabalho educativo. Isso indica que educação é um elemento constitutivo fundamental da auto-organização das mulheres. Trataremos neste texto de apresentar, para debate, um posicionamento sobre o sentido da ação educativa, buscando resgatar as perspectivas teóricas e práticas que fundamentam este sentido e o entendimento sobre as relações entre esta ação educativa e a construção do sujeito feminista.

A reflexão sobre pedagogia feminista insere-se no campo de estudos que analisa a relação Educação e Movimentos Sociais. Neste campo há fortes referências à educação sindical,¹ à educação política com ênfase em partidos,² à educação em movimentos sociais³ e a ações educativas desenvolvidas por Organizações Não Governamentais, com maior ou menor ligação com Movimentos,⁴

1 MANFREDI, Silvia Maria. Educação sindical entre conformismo e a crítica. São Paulo: Loyola, 1986.

2 SILVA, Carmen S. M. Contribuições a uma análise da política de formação do Partido dos trabalhadores. 1996. 140 f. Dissertação (mestrado em História e Filosofia da Educação) – PUC, São Paulo, 1996.

3 CALDART, Roseli. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis: Vozes, 2000.
GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 1995.
GRACIANI, Maria Stela Santos. Pedagogia Social de Rua – análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1997.

4 FISHER, Maria Clara Bueno. Do agente ao educador popular – Reflexões sobre um trabalho popular. 1987. Dissertação (mestrado em Educação) – UFRGS, Rio Grande do Sul, 1987.

e algumas à educação feminista.⁵ Neste ambiente teórico-político a ação educativa é nomeada como *formação*, e, em alguns casos, são estudadas as *políticas de formação* internas e específicas de cada organização, movimento ou partido. As políticas de formação reúnem um conjunto de elaborações destes movimentos sobre concepção pedagógica, objetivos e temas prioritários, estrutura interna necessária ao desenvolvimento das ações, entre outras. Alguns movimentos sociais possuem também escolas e/ou centros de formação específicos.

Grupos de reflexão e ações educativas foram fundantes na constituição do feminismo no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 e este tipo de trabalho continua existindo até os nossos dias. Entretanto, o contexto é outro e outras são as dinâmicas do feminismo hoje. No período mais recente o movimento feminista foi capaz de instituir um conjunto de organizações, redes e articulações nacionais, impulsionou várias conquistas em torno dos direitos das mulheres, mas, como outros movimentos sociais, sofreu o impacto do neoliberalismo e da mundialização do capital no que diz respeito à despolitização.

Várias organizações dos movimentos de mulheres e, dentre eles movimentos feministas, têm buscado enfrentar este contexto. Algumas tem dirigido seus esforços para a realização de projetos sociais que comportam trabalho educativo mas sem ação política voltada para organização de movimentos de mulheres. Outras, procuraram construir as ações educativas dando-lhes o sentido político e

⁵ CARREIRA, Denise. Viver é afinar um instrumento – Processos de formação feminista no Brasil. 2001. 292 f. Dissertação (mestrado em Educação)–USP, São Paulo, 2001.

se engajam nas lutas e na organização do movimento. A situação atual tem possibilitado a retomada de reflexão sobre o lugar da educação na constituição do feminismo como movimento social dentro do campo político de luta pela transformação.

Alguns setores vêem a educação feminista da perspectiva de acumulação de conhecimentos teóricos sobre a situação das mulheres ou sobre a questão de gênero, que lhes permitam interpretar a realidade e/ou avaliar políticas públicas. Outros se voltam especialmente para a formação centrada na pessoa, ou seja, uma formação que propicie, a cada mulher em particular, sua autoconstrução como sujeito autônomo e, desta forma, favoreça o seu engajamento em quaisquer processos de mudança. Nós compreendemos que o sentido do nosso trabalho educativo é contribuir para a formação das mulheres para ação política feminista transformadora. Esta compreensão inclui tanto a aquisição de conhecimentos já sistematizados quanto a perspectiva de fortalecimento do sujeito individual, que entendemos como muito relevantes, mas vai um pouco além: exige a geração de condições de fortalecimento do feminismo como sujeito político coletivo.

Entendemos o feminismo como pensamento crítico e como ação política,⁶ daí a importância da formação de mulheres capazes de transformar o conhecimento existente sobre nós mesmas e sobre a realidade, mas também capazes de ações coletivas impulsionadoras de mudanças na situação social das mulheres e na sociedade como um todo. O feminismo é um modo de olhar o mundo que

6 ÁVILA, Betânia. Feminismo e sujeito político. In: FERREIRA, Verônica; SILVA, Carmen; ÁVILA, Betânia. *Mulher e Trabalho*. Recife: SOS Corpo, 2005.

busca articular a análise das desigualdades de gênero, raça e classe no intuito de transformá-las, e que, por isso, exige coerência entre construção teórica e luta social pela transformação. Como disse Astelarra: “Não há dúvida alguma de que o feminismo é um movimento político. É também um movimento cultural, social e econômico, porém, ao pretender transformar a sociedade, é político.”⁷

O feminismo é também uma atitude pessoal diante da vida. Ser feminista é, ao mesmo tempo, preocupar-se com a situação de todas as mulheres, e cuidar de si, como mulher, inserida nesta situação. Ser feminista é caminhar no rumo de sua autonomia pessoal e, ao mesmo tempo, lutar coletivamente pela autonomia e liberdade de todas as mulheres. O feminismo é, neste sentido, um projeto de vida, e isso exige coerência entre o nosso pensar, sentir e agir, o que todas nós sabemos ser um permanente desafio. A educação feminista deve, portanto, responder a este desafio: contribuir com a formação de mulheres para ação política transformadora de si mesmas e do mundo.⁸

Esta perspectiva de educação feminista que propomos acima se fundamenta em algumas fontes importantes. Por um lado, a teoria feminista e a pedagogia dialética, por outro a experiência do feminismo em constituir-se como movimento social ao longo da história. O feminismo mais recente no Brasil surge e se fortalece com a organização de grupos de reflexão e/ou autoconsciência e

7 ASTELARRA, Judith. Democracia e Feminismo. In: ASTELARRA, J.; KIRKWOOD, J.; ARDAYA, G. *Feminismo, Autoritarismo, Democracia*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos sobre a Mulher / PUC-RJ, 1988.

8 Referência a OLIVEIRA, Guacira César. O desafio de transformar o mundo enquanto nos transformamos. Disponível em: <www.articulacaodemulheres.org.br>. Acesso em: 07.10.2009. Palestra proferida em janeiro 2007, nos *Diálogos Feministas*, às vésperas do *Fórum Social Mundial*, em Nairobi, Quênia.

de organizações de mulheres desenvolvendo atividades de acolhimento, educação e ação política de lutas por direitos com outras mulheres em condições de vida mais difíceis. A perspectiva de educação feminista que estamos buscando sistematizar nasce desta experiência e também da interpretação teórica que o feminismo foi capaz de desenvolver em relação à sua própria existência.

A visão de mundo que consubstancia nossa perspectiva pedagógica parte da análise da formação social brasileira como sociedade capitalista, que nasce como colônia escravocrata, baseada na exploração do trabalho e na sua divisão e hierarquização por sexo, e no patriarcado, como ‘sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres’⁹ em todos os âmbitos da vida. No momento atual o sistema se apresenta em sua forma mundializada e articulado a partir da ideologia neoliberal, e se expressa em crises de ordem ambiental, alimentar, do padrão energético e mais recentemente financeira.

O movimento feminista é um processo sistemático de ações coletivas das mulheres contra a dominação patriarcal, a exploração capitalista, o racismo, o controle da sexualidade e muito mais. Razão pela qual a sua pedagogia se fundamenta em análises sobre a situação das mulheres compreendendo as desigualdades entre elas, pois se trata de projetar a educação centrada na emancipação das mulheres como grupo social e como pessoas, o que exige compreender o feminismo como sujeito político voltado para a transformação social, mas que comporta diferentes expressões

⁹ WALBY apud LOVELL, *Feminist Social Theory*. In: TURNER, B.S. (org). *The blackwell companion to social theory*. Oxford: Blackwell Published Ltd, 1996.

individuais e congrega diferentes articulações políticas de mulheres identificadas com causas coletivas como, por exemplo, o feminismo negro e o feminismo lésbico.

O feminismo, enfatiza Betânia Ávila, “realizou uma conquista fundamental na transformação das relações de gênero ao instituir as mulheres como sujeitos políticos do processo de transformação social, e essa é, com certeza, sua grande contribuição histórica para o Movimento de Mulheres em geral, uma vez que a construção deste sujeito produziu uma ruptura com a heteronomia do que se denominava condição feminina, trazendo para as mulheres a possibilidade de romper com a situação de vítimas ou de protegidas e com a fixidez de uma identidade imposta por esta condição.”¹⁰ Nesta perspectiva, o feminismo não toma por base modelos pré-estabelecidos, a transformação social é um devir para o qual se soma a ação política cotidiana de diversos sujeitos, as conquistas de direitos e as novas contradições que este campo político que luta por justiça e democracia vai instaurando na história.

A perspectiva pedagógica que se desenvolveu no Movimento Feminista apoiou-se na concepção de educação de Paulo Freire e articulou a isso ideias e dinâmicas da psicologia e reflexões oriundas da sociologia crítica e da teoria feminista. As práticas vinculadas às ideias de Paulo Freire na América Latina geraram um pensamento educacional que pode ser resumido a partir do ideário que o sintetiza: a valorização da cultura popular; a participação dos educandos na formação dos objetivos e métodos de ação do programa

¹⁰ ÁVILA, Betânia. Feminismo e sujeito político. In: FERREIRA, Verônica; SILVA, Carmen; ÁVILA, Betânia. Mulher e Trabalho. Recife: SOS Corpo, 2005.

educativo; a afirmação do caráter político da educação; a ênfase na metodologia; a proposta de partir sempre da vida dos participantes; a ligação entre aprendizagem e organização, entre reflexão e ação político-social das camadas populares; a “dialogicidade”; a relação pedagógica horizontal; as técnicas de grupalização, o estímulo à auto-estima e desinibição de todos os participantes; e o privilegiamento da organização de base.¹¹

Entendemos a Educação Popular, não como ‘cursos para o povo’ ou ‘oficinas para mulheres pobres’, ela é compreendida aqui como uma concepção pedagógica, mais precisamente “um ideário educacional que alimenta um conjunto de práticas sociais, marcada fortemente pela dialogicidade e pela perspectiva de formação de sujeitos autônomos, críticos e criativos, que se mobilizem pela transformação social.”¹² Nascida das ideias de Paulo Freire, a educação popular bebeu em experiências latino-americanas e dos novos movimentos sociais no Brasil. Nesse processo, constituiu-se como um ideário ético, político e educacional, que congrega valores e problemas decorrentes deste processo histórico.

Tanto a pedagogia feminista quanto a pedagogia freireana apontam as necessidades urgentes de transformações estruturais, tanto no campo econômico como cultural e vêem a “ação político-educativa como um processo, que não se inicia nem se encerra como

¹¹ DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini. Utopia e educação popular: o “paradigma da educação” e a escola: caminhos de um encontro necessário. 1992. Tese (doutorado em educação) – USP, São Paulo, 1992.

¹² SILVA, Carmen S. M. Contribuições a uma análise da política de formação do partido dos trabalhadores. 1996. 140 f. Dissertação (mestrado em História e Filosofia da Educação) – PUC, São Paulo, 1996.

uma atividade específica.”¹³ Esta pedagogia que ficou conhecida como Educação Popular tem muito em comum com o trabalho educativo feminista. Difere, segundo Portella e Gouveia, no sentido de que, no feminismo, “privilegiam-se as micro dimensões sociais sem perder de vista a sua relação com a dimensão macrosocial. Os conteúdos da esfera privada merecem atenção especial (...) o campo dos afetos, da sexualidade e das relações de parentesco é pensado como um lugar onde relações de poder estão presentes e devem ser tratadas politicamente.”¹⁴

Para Lima, “a conscientização das mulheres não é um estágio no movimento feminista, mas parte essencial da sua estratégia. Esta conscientização é norteadada por princípios políticos que devem conduzir-nos às fontes originais de nossa opressão, tanto históricas, quanto pessoais, e permitir-nos ir até as mulheres, ir até a experiência para formar a teoria e a estratégia de ação. A importância de escutarmos os sentimentos de uma mulher está em analisarmos a situação das mulheres em geral e não em analisarmos a mulher em questão.”¹⁵

A educação feminista alimenta-se dos princípios pedagógicos fundantes da Educação Popular freireana, dentre os quais se destaca a dialogicidade e o vínculo entre educação e transformação social; mas também a recria, na medida em que traz para o centro de sua pedagogia a desigualdade de gênero e a ideia de movimen-

¹³ GOUVEIA, Taciana e PORTELLA, Ana Paula. Ideias e dinâmicas para trabalhar com gênero. Recife: SOS Corpo, 1999.

¹⁴ Idem.

¹⁵ LIMA, Maria José. Linha da vida ou grupo de autoconsciência: uma reflexão sobre a ótica feminista. In: RÉGIA, M., CAMURÇA, S., OLIVEIRA, E. Et all. Como Trabalhar com Mulheres, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1988. (Coleção Fazer)

to feminista como sujeito político, além de trazer a dimensão da subjetividade para a cena pedagógica como elemento central na construção da identidade pessoal e coletiva. Ela está voltada para a cidadania como construção permanente, através de processos pedagógicos sistemáticos que contêm oficinas, cursos, seminários, mas também acompanhamento a ações coletivas e processos de luta desencadeados por grupos e movimentos.

A ação educativa incorpora ainda elementos de comunicação e arte. Expressões artísticas e de comunicação inserem-se na metodologia como “uma possibilidade de modificar o olhar sobre a realidade, produzindo tanto o sentimento do belo, quanto a indignação contra as injustiças. É um modo de proceder que contribui para percepção dos problemas e elevação da consciência, mas que favorece também o encontro consigo mesmo, a elaboração sobre as possibilidades individuais e coletivas de mudança, ajudando a construir coletivamente elementos que expressem novos sentidos para a grupalização, a mobilização e a luta social. Estes sentidos podem vir a compor uma nova cultura de direitos, a serem exigidos, mas também vivenciados no cotidiano, como uma identidade coletiva centrada no pertencimento ao campo político dos movimentos sociais, e em especial ao feminismo.”¹⁶

Esta concepção gera várias implicações pedagógicas como, por exemplo, a exigência de buscar compreender as relações de poder que ocorrem no interior das práticas educativas para intervir pedagogicamente sobre elas; o reconhecimento dos diferentes saberes presentes entre os/as participantes do processo; enfrentarmos

¹⁶ SOS Corpo Projeto Institucional 2007-2010.

modos mais tradicionais de produzir e compartilhar conhecimento; construímos ou adotamos perspectivas teóricas que estimulem uma análise mais complexa dos problemas sociais debatidos e trabalharmos permanentemente a partir da noção de *práxis* – teoria e prática articuladas e inseridas em um dado contexto histórico.

A teoria feminista alimenta esta concepção educacional a partir da sua explicação sobre as mulheres, as interdições estruturais existentes à autonomia, à liberdade e à dignidade, e também da compreensão sobre vida interior considerando estas interdições. A educação que promovemos envolve esta visão sobre nós mulheres, articulando, por um lado, objetividade e condições materiais de existência e, por outro, subjetividade e vida interior marcada por sujeição e resistência. Por conta disso, na educação feminista há que se estabelecer uma relação dialética entre autoconhecimento e vida social, entre aprofundamento da reflexão pessoal sobre si mesma, construção do conhecimento sobre as mulheres e ação política transformadora.

A noção de experiência, cara à história social e ao pensamento feminista, constitui-se também em um pressuposto fundamental a esta perspectiva educacional.¹⁷ Da mesma forma a noção de cotidiano. Como diz Ávila, “o movimento de mulheres – assim como outros movimentos sociais – tem construído teias de organizações que perpassam o dia a dia da vida das pessoas, tomando as experiências cotidianas de injustiça, de violência e de carência como base de reflexão e luta política por direitos para sua superação,

¹⁷ SCOTT, Joan. Sobre a experiência. In: SILVA, Alcione Leite et al. Falas de Gênero: teorias, análises, leituras. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 1999.

nas quais se forjam também novas propostas de organização da vida social. Dessa maneira, o conflito se espalha e se enreda, integrando espaços coletivos e vida pessoal, cuidando do presente e construindo mudanças para o futuro.¹⁸

Entre as teorias educacionais, há visões que se aproximam desta perspectiva feminista que adotamos, ainda que, do ponto de vista de análise da realidade não tratem a questão das mulheres como centro de sua intervenção. Como já afirmamos, a pedagogia dialética¹⁹ nos dá possibilidades de articulação, especialmente como desenvolvida na filosofia de Paulo Freire. Esta filosofia vê a educação tomando por base a dialogicidade e o vínculo com a transformação social, a partir da noção de formação do sujeito, na qual são consideradas fontes internas e externas, vida interior e transmissão cultural. Esta visão esteve historicamente imbricada com a ação educativa popular realizada pelo feminismo no Brasil.

Diálogo entre educação feminista e educação popular

A partir do diálogo entre a experiência de educação feminista e a pedagogia dialética, alimentado pelas teorias feministas que explicam a situação das mulheres, desenvolve-se um conjunto de ideias que podem ser sistematizadas para esta concepção pedagógica que estamos discutindo. Referimo-nos a alguns elementos como: a dialogicidade e o ato político-educativo de “ouvir as mulheres” como um dos fundamentos da construção do conhecimento na

¹⁸ ÁVILA, Betânia. Vida Cotidiana: um desafio teórico e político para o feminismo. *Cadernos de Crítica Feminista*, Recife: SOS Corpo, ano III, n. 2, 2009.

¹⁹ SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdiétrich. *Pedagogia Dialética de Aristóteles a Paulo Freire*. São Paulo: Brasileira, 1988.

prática educativa a partir das experiências cotidianas; a perspectiva voltada para as mulheres como sujeitos do conhecimento e para a ação política como transformadora de suas vidas e do mundo; o necessário impulso, para esta ação, da auto-organização das mulheres como movimento feminista autônomo, ou seja, constituído por mulheres e em torno da causa das mulheres; a perspectiva crítica permanente frente ao mundo, às teorias que o explicam e até mesmo frente ao próprio movimento feminista.

Mas quem são “as mulheres”? A resposta a esta pergunta básica é uma questão permanente para o feminismo. Silvia Camurça, refletindo sobre a *práxis* educacional feminista, nos interpela: “Como compreender e interpretar as mulheres em suas singularidades? Em tempos de políticas identitárias é possível tomar ‘as mulheres’ como uma unidade de análise?” Tal como ela, entendemos ser possível e necessário, com vistas a dar concretude à ideia de feminismo como movimento social, que tem como causa que o justifica a existência de uma experiência comum entre mulheres, porém é uma tarefa difícil. Há que se fazer um esforço de analisar as desigualdades entre mulheres brancas e negras, compreender as questões trazidas pelo feminismo negro e pelo feminismo lésbico, abrir possibilidades para articulação com novos sujeitos coletivos organizados a partir das mulheres (sindicalistas, camponesas, quilombolas, indígenas, jovens etc.) entre outras. Esta tensão que existe no movimento de mulheres deve ser contemplada na cena pedagógica. Entretanto, o desafio político, e não apenas pedagógico, é criar relações políticas entre sujeitos que sejam capazes de agir coletivamente por transformações que interessem aos

diversos segmentos de mulheres. Parafraseando o historiador inglês Thompson, na sua crítica à ideia de ‘interesses históricos’ da classe operária, afirmamos que os interesses históricos das mulheres serão aqueles que, no curso da história, *interessarem às mulheres*, ou seja, aqueles que tiverem força suficiente para mobilizar a luta política dos diversos movimentos de mulheres.

Na nossa compreensão, estas premissas podem nortear a *práxis* educacional do movimento feminista, no interior da qual aqueles elementos contribuem para pensar a formação como processo permanente de reflexão sobre sua própria experiência cotidiana e sobre a ação feminista coletiva. Contribuição que se estende também como estudo sistemático das teorias capazes de iluminar a análise da situação das mulheres e da ação de movimentos em lutas por transformação social. Além disso, tais elementos contribuem para que no interior de cada atividade educativa procuremos estimular a elevação da consciência sobre a realidade social e a construção da autonomia dos sujeitos políticos. Buscamos impulsionar a auto-formação como sujeito, em termos individuais, e a atuação em organizações democráticas que sejam condutoras de ações coletivas e de elaboração do pensamento estratégico voltado para a emancipação das mulheres como grupo social.

Do ponto de vista pedagógico, tais premissas nos apresentam exigências: o repensar permanente sobre a prática educativa a partir de planejamento, avaliação e sistematização; o uso de técnicas e recursos didáticos que estimulem o senso crítico e a criatividade; o tratamento dado aos conteúdos que permita aprofundar a análise teórica de forma articulada com a experiência política; a

interpretação das relações entre diferentes contextos considerando o local e o global, entre outras. E, mais que isso, torna-se uma exigência pedagógica ter sempre em foco as pessoas participantes do ato educativo, a organização da qual fazem parte, o conjunto do movimento de mulheres e o contexto no qual estão inseridas as suas lutas.

Este sentido que damos à educação exige também não apenas ver a pessoa presente no ato educativo, mas vê-la em sua singularidade e como ser humano integral, desenvolvendo atividades que estimulem o raciocínio sistemático e o livre-pensar, o sentimento do belo, o estranhamento ao modo de vida cotidiano, a solidariedade com todas as mulheres e a paixão pela ação política e pela inovação. Desta forma, é possível ao feminismo, como pensamento que já está de certa forma institucionalizado, acolher o *novo* que advém destes processos educativos, as criações, as descobertas, as pujanças dos meandros do cotidiano que se impõem quando existe a possibilidade de ouvir as mulheres. A questão colocada pela filósofa francesa Françoise Collin acerca da arte e da criação também pode nos ser útil para nos questionarmos sobre a relação com o *novo* que se impõe nos processos educativos: “Será o pensamento pensado capaz de acolher o pensamento pensante?”²⁰

Compreendemos a ação educativa como um campo de possibilidades para ouvir as mulheres nas suas desigualdades, diferenças e inteirezas, ouvir acerca da sua visão sobre as diferentes e, às vezes, desiguais, situações de vida, sobre as suas experiências

²⁰ COLLIN, Françoise. Textualidade da Libertação, Liberdade do Texto. *Estudos Feministas*. Número especial, Rio de Janeiro, out./1994.

de resistências cotidianas, as suas propostas de ação coletiva, de expressão pública, entre outras coisas. Abrir espaço na cena pedagógica para ouvir as mulheres cria possibilidade de renovação do feminismo a partir do sujeito que o constitui, tendo como mediação o ato educativo e a construção de conhecimento possível a partir dele.

Problemas ocorrem quando este princípio pedagógico se torna exclusivo e “ouvir as mulheres” passa a constituir-se no todo da cena pedagógica, marcada por uma atitude basista na qual chega a ser dispensável o lugar de educadora. Há também as situações em que a participação é vista como um artifício para tornar mais dinâmico o repasse de conteúdos sem sequer contextualiza-lo teórica e politicamente, o que não distancia esta prática do vanguardismo doutrinário.

A formação feminista, como a entendemos, deve gerar novas interpretações do mundo, novas habilidades e novos valores. Daí ser imprescindível a problematização teórico-política que contribui para ampliar a percepção das participantes sobre suas próprias experiências, de forma que, além de partilhar e perceber experiências comuns, consigam compreender criticamente a situação e criar alternativas, novas possibilidades para suas próprias vidas e para sua atuação coletiva como movimento social.

O sujeito do feminismo e a educação

A teoria feminista busca construir explicações sobre a situação das mulheres que nos ajudem a compreender a dominação e a exploração em que vivemos e nos impulsionem à ação tanto

individual quanto coletiva de enfrentamento desta situação. As análises procuram articular a compreensão sobre patriarcado, capitalismo e racismo no contexto atual, por meio da referência a elementos constitutivos de nossa condição de vida, a exemplo da divisão sexual do trabalho e a ausência de autonomia econômica; as interdições materiais e legais à participação política e aos postos de maior poder; a violência masculina como imposição de lugar social e redução de possibilidades de ser livre; e o controle sobre o corpo, a reprodução, a sexualidade e a imagem das mulheres.²¹ A partir de uma referência teórica geral de explicação sobre a situação das mulheres e de sua ação como sujeito político, constituindo coletivamente o feminismo como movimento social, é que vamos desenvolvendo outras problematizações, temáticas e questões de reflexão no nosso trabalho educativo.

Na ação educativa, assim como na ação política de fazer-se movimento, nós mulheres, vivemos uma dialética profunda na relação indivíduo-coletivo. É preciso nos identificarmos com a experiência das ‘mulheres’ para reconhecer, pertencer e conferir sentido a uma experiência comum, e, ao mesmo tempo, é necessário nos ‘desidentificarmos’ com o padrão social ‘mulher’ para nos tornarmos feministas e construirmos a experiência de lutas comuns.²² A identificação é uma forma de reconhecermos a nossa situação comum e percebermos a importância da singularidade de cada

21 CAMURÇA, Sílvia. ‘Nós mulheres’ e nossa experiência comum. Caderno de Crítica Feminista, ano 1, n.0. Recife: SOS Corpo, dez.2007. p.13.

22 Sobre identidade social e identidade coletiva, ver GOUVEIA, Taciana Maria de Vasconcelos. Repensando alguns conceitos: sujeito, representação social e identidade coletiva. 1993. Dissertação (mestrado em Sociologia) – UFPE, Recife, 1993.

mulher e a existência de grupos sociais diferentes e, às vezes, em situação de desigualdade, entre as mulheres. Mas isso não significa alinhamento ao padrão de feminilidade compulsório, muito pelo contrário. É o processo de estranhamento em relação à experiência comum das mulheres que pode gerar a noção de injustiça, a revolta e a construção de possibilidades de alteração desta situação, numa perspectiva de adoção, não adesista, do feminismo, construindo-o também como uma elaboração teórico-política, a partir das múltiplas experiências que vamos vivendo e, ao mesmo tempo, analisando.

Neste processo de formação da mulher como feminista, e também da própria formação do movimento feminista, nós mulheres nos constituímos como sujeito da transformação social, não como sujeito único, uma vez que a nossa perspectiva de transformação é aberta o suficiente para agregar múltiplas possibilidades e sujeitos que as vocalizem, mas como um sujeito fundamental do processo coletivo de mudanças na vida das mulheres e no mundo. A dialética de ser sujeito implica em compreender as mulheres como pessoas na singularidade de suas experiências e compreender o grupo social mulheres como tendo algo em comum, apesar de suas diferenças e das desigualdades internas. É o fato de existirmos como grupo social e não aceitarmos a opressão e exploração que gera a potencialidade de constituição do movimento feminista como sujeito político, a partir da ação coletiva de resistência, de enfrentamento e de elaboração de um modo de organização social justo e democrático.²³

²³ Cf. CAMURÇA, op. cit.

O movimento feminista é um movimento social de mulheres por sua liberdade e autonomia e pela libertação da humanidade da dominação e exploração. Neste sentido, o feminismo tem um caráter civilizatório, pois questiona os princípios estruturantes deste modo de civilização em curso no atual estágio da sociedade. É um movimento composto por diferentes tipos de organização – grupos populares locais, organizações profissionais da sociedade civil de caráter autogestionário (também chamadas ONGs), grupos acadêmicos, grupos de mulheres de movimentos sociais, sindicatos e partidos – e de redes nacionais voltadas para ação política, que são capazes de congregar a diversidade de grupos existentes e que admitem também inserção individual. A resistência cotidiana das mulheres às formas de dominação e exploração às quais estão submetidas é o manancial de onde o movimento feminista retira sua força. O feminismo é um apoio à dimensão individual da emancipação, à autoconstituição como sujeito da própria vida, e, ao mesmo tempo, um instrumento para o enfrentamento coletivo da dominação e exploração das mulheres.

Ao darmos este sentido à nossa ação educativa – formar mulheres para a ação política transformadora de si mesmas e do mundo – reafirmamos que, entre outros elementos, esta concepção de transformação social enuncia que as mulheres devem ser ouvidas no ato educativo sobre sua experiência de ser mulher e sobre sua interpretação sobre “as mulheres”. Com isso queremos contribuir para formação da pessoa, em seu processo de crescimento próprio, e para fortalecer o pertencimento ao movimento e à sua ação política. Ademais, pode também ser uma maneira de renovar

a explicação feminista sobre as mulheres, porque entendemos a ação educativa também como possibilidade de construção de conhecimento. Mas isso só pode ocorrer em conformidade com um largo processo de sistematização de práticas pedagógicas que possa fornecer insumos para o desenvolvimento teórico do pensamento pedagógico feminista.

The background features a large, abstract orange brushstroke graphic that forms a large, irregular shape, resembling a speech bubble or a stylized letter 'O'. The stroke is thick and has a hand-drawn, textured appearance. The text is centered within the upper part of this shape.

***Formação sobre violência
contra as mulheres:
um olhar sobre desafios
pedagógicos na experiência da AMB
[Brasil, 2005-2009]***

***Verônica Ferreira
e Carmen Silva***

No Brasil, a luta do movimento feminista pelo fim da violência contra as mulheres se confunde com a própria constituição do movimento no país, nos anos 1980. Nesta década, a denúncia dos assassinatos de mulheres e das absolvições de agressores sob a alegação de legítima defesa da honra mobilizou grupos e movimentos em várias partes do país. Relacionadas a esta iniciativa, que colocou na cena pública a violência contra as mulheres como problema social relevante e como situação inaceitável, desenvolveram-se outras estratégias que foram as redes de solidariedade, os grupos de reflexão com mulheres em situação de violência, os grupos de autodefesa e autofortalecimento, como também a construção de políticas públicas para o enfrentamento do problema.

Pode-se afirmar que a primeira grande conquista do movimento foi tornar problema público uma situação até então na mais silenciadora naturalização. A ação mobilizadora e de denúncia realizada pelo movimento, tão contundentemente expressa em insígnias como “quem ama não mata”, trouxe à tona a violência como expressão da dominação patriarcal sobre as mulheres, sobretudo na esfera doméstica.

Os grupos de reflexão e autodefesa objetivavam o fortalecimento das vítimas para enfrentar as situações de violência e construir sua autonomia. Ainda nos anos 1980, foram implantadas as primeiras delegacias especializadas de atendimento às mulheres, que se estenderam para todo o país, seguidas de ampliação deste modelo. A luta por serviços de assistência e pela rede intersetorial para atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual ganhou centralidade na experiência do movimento nas décadas seguintes.

No entanto, pouco avançamos até hoje na construção e implementação de políticas integradas para o enfrentamento do problema.

A violência contra as mulheres também ganhou relevância teórica e se tornou objeto de estudos e pesquisas tanto no âmbito das organizações feministas como na academia, em distintos campos de saber e a partir de diferentes abordagens e vertentes teóricas. Algumas dessas interpretações colocavam em xeque a própria abordagem feminista sobre o problema, sobretudo aquela ancorada na compreensão da violência contra as mulheres como expressão e mecanismo de sustentação do patriarcado, perspectiva com a qual concordamos.

Trata-se, portanto, de uma luta vasta, com forte adesão no movimento e inúmeros resultados que precisavam passar por reflexão e ser apropriados pelo movimento. Na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), esta experiência começou a ser discutida nos últimos cinco anos, em vários processos, com vistas a atualizar a reflexão sobre a questão, identificar desafios e renovar sua prática política. É neste esforço de refundamentação e atualização crítica da luta feminista pelo fim da violência contra as mulheres que o processo de formação nacional das militantes da AMB foi pensado e realizado.

Aqui sistematizamos algumas reflexões sobre os desafios da formação feminista com base na experiência de formação sobre violência contra as mulheres entre militantes da AMB, coordenada por duas organizações feministas integrantes deste movimento – o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e o Coletivo Leila Diniz. Refletimos aqui sobre os desafios político-pedagógicos, ao

mesmo tempo assumidos, enfrentados e emergentes desta experiência de formação de militantes do movimento feminista sobre uma das principais expressões e mecanismos de reprodução da dominação patriarcal sobre nós mulheres, tomando como base os princípios da educação popular feminista.

Formação a partir da experiência

Com o objetivo de conhecer a realidade da violência contra as mulheres nos diversos estados brasileiros, a AMB realizou nos anos de 2004 e 2005 um monitoramento político, no qual foi identificada uma série de lacunas e questões para ação política, como também a diversidade das estratégias de luta no âmbito do próprio movimento. As principais lacunas identificadas foram:

- O fato de a experiência de luta contra a violência ter estado concentrada em alguns segmentos do movimentos de mulheres, necessitando, portanto, ser apropriada, discutida e tomada como elemento de aprendizagem de amplos setores que têm se engajado nesta luta nos anos recentes. Ademais, era preciso conhecer e socializar as experiências de resistência e luta destes segmentos, tais como organizações de mulheres indígenas, grupos e organizações de mulheres ribeirinhas, quilombolas, trabalhadoras rurais e moradoras do campo;
- A carência de discussão e de diagnósticos da situação de violência contra as mulheres em distintos contextos da realidade brasileira;
- A necessidade de construção de um marco teórico-político como referencial da compreensão sobre violência contra as mulheres,

com base na reflexão sobre a experiência e no conhecimento já produzido sobre a questão.

Em 2005, em parceria com outras organizações e movimentos, foi realizado em Recife um seminário nacional¹ com o objetivo de debater as lacunas nas respostas do movimento feminista à violência contra as mulheres, considerando novos contextos e novas questões colocadas para a ação política do movimento, que nos desafiavam a complexificar a abordagem do problema.

Dentre estas problematizações, estavam a percepção do acirramento da violência contra as mulheres no contexto de conflitos derivados da presença do tráfico de drogas e armas em áreas metropolitanas, como também as conexões entre desigualdade de classe, racismo e de gênero e as particularidades da violência contra as mulheres negras, lésbicas e meninas. No contexto de discussão do projeto de lei que viria a culminar na promulgação da Lei Maria da Penha, a questão dos agressores também exigia reflexão crítica. Pensadas de maneira homogênea, as políticas públicas se mostravam insuficientes para dar conta dessas questões, havendo também poucas respostas nas proposições do movimento.

Nesse percurso, pudemos constatar a hegemonia no movimento da visão de violência doméstica e sexual contra as mulheres concentrada no contexto urbano. Conforme está sintetizado em documento da AMB:² “Todas estas lacunas tinham como raiz comum uma visão hegemônica sobre a violência contra as mulheres como uma experiência homogênea, generalizada a partir de um único

1 Seminário Nacional Violência contra as Mulheres: um olhar crítico sobre desafios e perspectivas, realizado de 24 a 26 de novembro de 2005, por SOS Corpo e AMB.

2 Caderno de Textos do Seminário Nacional Violência contra as Mulheres: novos contextos, velhas questões. Recife: AMB/SOS Corpo/Coletivo Leila Diniz, ago. 2009.

contexto: a violência doméstica e sexual cometida indistintamente contra todas as mulheres e no contexto urbano. O desafio que nos propusemos enfrentar foi o de refletir sobre a violência como elemento comum à nossa experiência como mulheres no sistema de dominação patriarcal, mas complexificando nosso olhar sobre as desigualdades entre mulheres – estruturadas pelo racismo e pelo capitalismo, além da dimensão etária e da lesbofobia – e os contextos em que a violência doméstica e sexual contra as mulheres é agravada ou encoberta.”³

Ao mesmo tempo, estava disseminada no movimento uma conceituação generalizante de violência baseada na ideia de tipificação (física, sexual e psicológica, moral, doméstica etc.) que perdia de vista o porquê da violência contra as mulheres acontecer, permanecer e em muitos contextos recrudescer. O termo violência contra as mulheres, no cotidiano da ação política, mais nomeava uma situação do que a definia e explicava.

Foi com vistas a enfrentar estas lacunas e refundamentar a luta feminista pelo fim da violência contra as mulheres que o processo de formação nacional foi realizado, com base no diálogo entre a prática política historicamente construída pelo movimento, a experiência de suas militantes e a explicação teórico-política produzida sobre a questão.

O desafio assumido foi o de produzir coletivamente no movimento novos conhecimentos sobre a violência contra as mulheres que orientassem a ação política, com base na educação popular feminista. O processo foi então construído com base em dois vetores

³ AMB, op. cit., p. 3.

fundamentais da formação feminista, segundo Camurça: “o esforço de elaboração coletiva para uma explicação sobre a situação das mulheres, associado ao esforço de pensar e repensar as formas de ação coletiva do movimento para superar esta situação.”⁴

A primeira etapa de planejamento foi a construção, pelas duas organizações feministas responsáveis pelo processo, em diálogo com a direção política da AMB, de uma concepção comum de formação e sobre a problemática da violência. Nas primeiras reuniões realizadas entre educadoras responsáveis pelo processo, colocamos em discussão a concepção teórico-política das duas organizações, com experiências em muito convergentes mas também diferenciadas de atuação e abordagem do problema, nossas experiências de formação e a concepção de formação coerente com o modo da AMB pensar-se e ser movimento feminista.

Foram assumidas responsabilidades diferenciadas no processo com base no saber acumulado em cada organização: a coordenação pedagógica dos encontros de formação ficou sob responsabilidade do SOS Corpo, em função da experiência já acumulada e dos desafios então colocados no interior da organização sobre a prática educativa; e o mapeamento e a sistematização das experiências de resistência foram assumidos pelo Coletivo Leila Diniz, dada a ampla experiência da organização em processos desta natureza. Ao longo do processo de formação, estas fronteiras foram mescladas de modo que a reflexão pedagógica e sobre sistematização do processo foram partilhadas pelas duas organizações, em encontros

⁴ CAMURÇA, Silvia. 'Nós mulheres' e nossa experiência comum. Caderno de Crítica Feminista, ano I, n.0. Recife: SOS Corpo, dez. 2007. p.13.

de intercâmbios e reflexão, e nas práticas no interior do próprio processo de formação nacional.

Destas primeiras discussões, resultaram o desenho do processo de formação e uma primeira proposta de marco teórico-político referencial com os pressupostos preliminares de nossa abordagem sobre o problema,⁵ a ser reelaborado a cada momento do processo.

O processo

O processo foi estruturado em três jornadas de trabalho,⁶ compostas de *oficinas de reflexão e sistematização, e encontros nacionais de formação, articulação e diálogo*. Foram realizadas três jornadas enfocando a violência contra as mulheres em contextos específicos da realidade brasileira e latino-americana. O *intercâmbio de experiências* com movimentos de outros países da América Latina que também atuam e desenvolvem formas próprias de luta em cada contexto também fizeram parte dos encontros nacionais.

Posteriormente aos encontros, em outubro de 2008, foi realizado um seminário latino-americano de diálogo e intercâmbio de experiências de luta pelo fim da violência contra as mulheres. Em agosto de 2009, foi realizado um encontro final com as

5 VIOLÊNCIA contra as mulheres: novos contextos, velhas questões. Marco teórico-político da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB sobre violência contra as mulheres. Recife/Natal: AMB, 2009.

6 Cada Jornada tinha duração de seis dias. No primeiro, aconteciam as oficinas de reflexão e sistematização sobre práticas locais de resistência apenas com integrantes dos grupos previamente mapeados. O segundo dia, com as participantes do Comitê Político da AMB, era também o primeiro do encontro nacional de formação, articulação e diálogo e estava voltado para a reflexão individual sobre a violência contra as mulheres (com foco na violência que nos marcou), seguido de um dia de elaboração sobre as causas e raízes da violência contra as mulheres. No terceiro dia, discutíamos as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e o marco dos direitos humanos. O quarto dia era dedicado ao intercâmbio de experiências de resistência e o último dia, a uma síntese sobre a práxis feminista no enfrentamento à violência e dos desafios para a ação política e continuidade do processo.

participantes dos três encontros, para socialização dos resultados sistematizados.

Cada encontro de formação tomou um contexto específico para tentar compreender como ali se dá a violência contra as mulheres: contexto urbano com forte incidência de violência, com foco nas áreas metropolitanas; contexto de conflitos agudos (conflito civil; confronto violento com poder público, como grandes projetos de desenvolvimento; e com elites econômicas, como agronegócio) e contexto de invisibilidade da violência contra as mulheres (algumas áreas rurais, comunidades tradicionais, ribeirinhas etc.).

As oficinas de reflexão e sistematização, realizadas previamente ao encontro, aconteciam a partir de mapeamento de grupos ou movimentos locais e regionais que lutavam pelo fim da violência. Em um primeiro momento, foram realizadas oficinas facilitadas por militantes de fóruns ou redes integrantes da AMB com os grupos que foram mapeados no mesmo estado de atuação do fórum ou rede, ou seja, aconteceram oficinas locais com o objetivo de identificar o quadro da violência contra as mulheres existente naquele contexto e o modo como os grupos ou movimentos faziam sua resistência. O segundo momento de diagnóstico e sistematização das situações e formas de resistência acontecia no espaço de oficinas realizadas previamente ao encontro nacional, já contando com a presença de todos os grupos mapeados em relação àquele contexto específico que estaria em debate.

As oficinas prévias aos encontros nacionais eram momentos de sistematização e intercâmbio entre as mulheres das distintas

experiências, que seriam posteriormente discutidos no encontro; de levantamento e sistematização das situações de violência contra as mulheres e das resistências que tomavam lugar em cada contexto; de socialização, reflexão sobre as situações e a ação política; e, ainda, de articulação e diálogo entre as diversas experiências de resistência e luta. O intercâmbio de experiências locais com organizações feministas da Colômbia e da Guatemala foi parte dos encontros de formação.

A definição dos sujeitos que participariam destas oficinas de intercâmbio foi um elemento político-pedagógico importante no processo. Os grupos e organizações que foram mapeados e convidados a realizar o intercâmbio de suas experiências não eram necessariamente integrantes da AMB. Isto porque tínhamos como objetivo conhecer e aprender no diálogo com a experiência de outras organizações e movimentos que existem e resistem nestes contextos, abrindo, assim, espaço para *o novo* emergente dos contextos e ampliando a reflexão para outros segmentos que, no cotidiano, realizam ações de resistência.

O primeiro encontro nacional foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, em maio de 2007, e teve como foco o contexto de 'forte incidência da violência em áreas metropolitanas'. As experiências locais de resistência indicadas a participar foram as dos seguintes grupos: mulheres da região do Cariri, região do estado do Ceará marcada por homicídios sucessivos de mulheres; Promotoras Legais Populares da cidade de São Paulo; jovens mulheres integrantes do projeto Minas da Rima, do Rio de Janeiro; grupo Cidadania Feminina, que atua no bairro do

Córrego do Euclides, no Recife, e realiza a experiência do apitaco; e Grupo de Mulheres do Calafate, bairro da cidade de Salvador com grande incidência de conflitos gerados pela presença do narcotráfico. A Red Nacional de Mujeres, movimento que atua no enfrentamento à violência contra as mulheres na cidade de Bogotá, na Colômbia, foi a convidada latino-americana.

No segundo encontro, realizado em Belém-PA, em outubro de 2007, refletimos sobre a violência contra as mulheres no contexto que denominamos de ‘conflitos agudos’. O intercâmbio de experiências nacionais foi realizado com o Movimento de Mulheres Camponesas – sua ação contra a Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul; o Movimento de Mulheres de Altamira, do Pará, formado por mulheres que se auto-organizam para enfrentar a implantação do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte; e Organização de Mulheres Indígenas de Roraima-OMIR. O intercâmbio latino-americano foi realizado com a Ruta Pacífica de las Mujeres, movimento feminista e pacifista que enfrenta a violência contra as mulheres no contexto do conflito armado colombiano.

O terceiro encontro foi realizado em Vitória-ES, em março de 2008, e teve como foco a violência contra as mulheres no contexto de invisibilidade da questão. Partilharam suas experiências de resistência as mulheres ribeirinhas do interior do Acre; mulheres de comunidade quilombola do Espírito Santo; mulheres de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra-MST, da Bahia; e Letícia Matsá, liderança indígena com grande atuação no estado do Acre. Neste encontro, não contamos com nenhuma convidada de outro país latino-americano.

Os encontros nacionais de formação, articulação e diálogo foram construídos como espaços para promover a reflexão sobre as práticas locais e os resultados das oficinas, para debater a experiência e a reflexão sobre violência contra as mulheres e o conhecimento acumulado pelo feminismo e, ainda, para compartilhar o que já está acumulado no movimento como avaliação de sua prática política e aprofundar a elaboração crítica sobre o presente contexto da violência, em termos tanto de Brasil como de América Latina.

Os intercâmbios realizados durante os encontros tiveram o sentido de refletir sobre os diversos contextos da violência contra as mulheres (que não é a mesma em todos os lugares, ainda que permaneça em todos os lugares) e a diversidade das formas de resistência e luta de cada movimento ou organização nos limites de cada contexto – num processo em que o movimento passa a conhecer o próprio movimento.

Elaborar uma nova abordagem sobre violência contra as mulheres em um processo calcado na formação feminista impôs uma série de desafios pedagógicos, para os quais, no primeiro momento, a equipe de educadoras teve dificuldades em oferecer respostas. A metodologia do primeiro encontro de formação não favoreceu o diálogo entre teoria e experiência e a própria reflexão sobre a violência contra as mulheres ficou ofuscada pela violência que definia aquele contexto – a violência associada aos conflitos entre grupos ligados ao tráfico de drogas e entre estes e forças policiais nas áreas urbanas.

A partir de uma rigorosa avaliação deste primeiro encontro,

intensificamos a reflexão pedagógica sobre o processo e nos dedicamos a reinventá-lo. Criamos vários momentos de discussão e preparação da equipe de educadoras em torno dos vários desafios pedagógicos que o processo nos colocava.

Os encontros foram pensados como espaço para reflexão e elaboração de cada militante sobre as diversas experiências – a experiência de cada participante em relação à violência contra as mulheres e seu enfrentamento, a experiência de cada movimento ou grupo no enfrentamento do problema em cada contexto, a experiência do movimento feminista e a experiência das educadoras responsáveis pelo processo. Recuperamos a reflexão sobre a experiência individual de cada uma em relação à questão como base para pensarmos nossa experiência comum como mulheres na sociedade patriarcal – resgatando uma marca fundamental da formação feminista. Esse processo favoreceu que refletíssemos sobre a violência contra as mulheres não como algo que diz respeito a outras, mas também a nós mesmas, favorecendo a consciência de nossa opressão e resgatando a capacidade de dizer “nós”, sob a qual se funda todo movimento.

Partindo da noção de integralidade dos sujeitos e de que nós somos nosso próprio corpo, as vivências corporais também foram incorporadas como elemento metodológico fundamental, atentando-nos para necessidades e exigências próprias no que diz respeito a uma formação sobre violência contra as mulheres em que a experiência individual de vivência do problema é um dos

componentes da reflexão. Uma das militantes da AMB, Louisa Huber, com grande experiência no fortalecimento das mulheres em situação de violência a partir do trabalho com o corpo, integrou-se à equipe de educadoras responsáveis pelo processo.

Como nos ensina Freire,⁷ “boniteza e decência”, estética e ética são componentes fundamentais da prática educativa. Também buscamos unir ética e estética na construção do ambiente pedagógico de cada encontro e como forma de compartilhar de que maneira estas dimensões se expressam na luta dos movimentos e organizações ali reunidos. A poética do espaço buscou trazer à tona a leveza, a alegria e a disposição para a fruição como instrumentos para o conhecer e o formar-se de cada uma.

Cada contexto nos colocou desafios pedagógicos próprios. Para a reflexão sobre os contextos de invisibilidade da violência contra as mulheres, refletimos que a realização de uma oficina com a metodologia de *linha da vida* seria a forma mais adequada de identificar a experiência das mulheres que ali viviam a questão. Como nem todas as educadoras haviam já facilitado ou participado de uma *linha da vida*, realizou-se uma oficina desta natureza com toda a equipe responsável, facilitada por educadora do SOS Corpo.

De cada encontro emergiram desafios políticos para a luta feminista pelo fim da violência e desafios pedagógicos para a formação feminista, em particular a formação voltada para movimento, os quais se situam para além deste campo de luta e que se referem ao próprio (re)construir da prática educativa feminista hoje.

⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Desafios políticos e pedagógicos para o feminismo

O ambiente pedagógico criado em um processo formativo com integrantes de movimentos sociais, a partir da concepção de formação feminista com a qual trabalhamos, propicia-nos um espaço político diferenciado que possibilita uma reflexão calcada na experiência teórico-política de quem busca compreender um problema que considera injusto, com o intuito de provocar mudanças, no caso, o movimento de mulheres. Da mesma forma, tal ambiente ajuda a pensar a partir das experiências individuais de quem sofre, sofreu ou se solidariza com o sofrimento de quem vive o problema no seu cotidiano. Ambiente deste tipo foi propiciado pelo processo de formação sobre violência contra as mulheres, promovido pela AMB, para o seu Comitê Político Nacional. E ele nos permitiu vislumbrar alguns desafios políticos que o enfrentamento da violência contra as mulheres coloca para o feminismo.

Entendemos a formação política feminista como “um percurso sistemático no qual se articulam momentos específicos de reflexão sobre o processo de auto-constituição como sujeito, tanto no plano individual como coletivo, a partir da *práxis*.”⁸ Estes momentos específicos, no caso deste *processo de formação sobre violência contra as mulheres*, foram os encontros nacionais precedidos de oficinas de reflexão sobre as experiências vividas pelos grupos inseridos nos contextos em debate em cada encontro. Esses encontros,

8 SILVA, Carmen S. M. Os sentidos da ação educativa no feminismo, nesta publicação.

ocorridos no período mesmo de uma ascensão da luta feminista contra violência, têm como marcos a jornada organizada pela AMB que ficou conhecida como ‘apitação nacional’ e o momento de aprovação e acompanhamento da implementação da Lei Maria da Penha, os quais nos desafiam a pensar sobre a relação entre formação, organização e lutas em movimentos sociais.

A AMB, como uma articulação do movimento de mulheres no Brasil, além do seu Comitê Político Nacional, organiza-se em agrupamentos estaduais e promove diversos processos de luta, com maior ou menor visibilidade pública, seja em função do grau de adesão nos agrupamentos que a compõem, seja da conjuntura relacionada diretamente ao problema enfrentado, seja ainda do grau de investimento nacional de sua direção política. O enfrentamento da violência contra as mulheres é uma das lutas com maior envergadura na AMB, assim como em outras organizações nacionais do movimento de mulheres. Isso, por si, coloca desafios do ponto de vista da estratégia política no sentido de garantir resultados que, de fato, alterem a situação em que vivemos. Estes desafios nos exigem uma compreensão comum do problema, com suas implicações para outros aspectos da vida social, e um espaço de debate sobre estratégias possíveis para conquistar o direito a uma vida sem violência.

Esta é exatamente a questão: no Movimento de Mulheres temos diferentes interpretações do problema e das alternativas para enfrentá-lo. Para pensar em estratégias comuns se fez necessário, neste processo de formação, favorecer o debate sobre as várias visões, procurando construir elementos comuns que servissem de

referência para a ação política da AMB. Este foi um desafio inicialmente enfrentado pela equipe de educadoras do Coletivo Leila Diniz e do SOS Corpo, mas também incorporado ao programa dos três encontros nacionais de formação, que alimentaram o debate sobre as bases teórico-políticas de referência para esta luta, a partir da reflexão sobre a experiência historicamente constituída do movimento feminista em torno do problema da violência, da elaboração teórico-feminista sobre o tema e das experiências de resistência e enfrentamento vividas atualmente pelas mulheres e grupos envolvidos no processo de formação. Podemos tomar esta experiência educativa como um exemplo da relação entre formação, organização e luta em movimentos sociais, na forma como se dá a partir da concepção pedagógica com a qual trabalhamos, e que pode ser sintetizada na ideia de *Formação Política Feminista*.

Os momentos de formação *strictu sensu* não se constituem em um momento apartado do processo social,⁹ como um lugar onde se vai ‘aprender para aplicar’ na prática, como apregoa um certo campo da educação popular. Pelo contrário, na nossa concepção as atividades de formação são momentos específicos da prática social em que nos permitimos refletir profundamente sobre ela, articulando nossas experiências às sistematizações já realizadas pelo próprio movimento e às compreensões teóricas produzidas pelo campo no qual estamos inseridas, ou seja, o feminismo.

9 FORTES, Alexandre. *Política de Formação de Movimentos Sociais*. São Paulo: Instituto Cajamar, 1992. Mimeo.

A formação política feminista, no nosso entendimento, deve se alimentar da concepção dialética de educação,¹⁰ e é compreendida por nós como um aporte fundamental à auto-constituição de movimento social como sujeito político coletivo, ou seja, deste ponto de vista, a formação é parte do processo de organização do movimento, embora não se restrinja a isso.

Os momentos específicos de formação não estão determinados apenas pelas decisões político-organizativas do movimento – pois se assim fosse eles se constituiriam como momento de divulgação ou de doutrinação –, mas ao mesmo tempo, não podem se apartar da necessidade que o movimento tem de responder aos seus desafios políticos naquele problema com o qual se está trabalhando. Esta é a difícil dialética entre formação, organização e lutas nos movimentos sociais.

As visões teóricas sobre o problema entram nesta equação como um olhar que possibilita um estranhamento da experiência, não como um aporte teórico que enquadre o real vivido em malhas explicativas, mas como possibilidade de debater diferentes interpretações como caminhos para refletir sobre a experiência e elaborar referências para compreendê-la. O sentido político de nossa ação de formação é explicitamente fortalecer a *práxis* do movimento de mulheres. Isso implica em contribuir para aprofundar sua capacidade teórico-política de articulação das lutas feministas e também nos desafia a compreender o sentido da formação colado à organização do movimento e aos seus processos de luta, mas

¹⁰ Ver SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdiétrich. *Pedagogia Dialética de Aristóteles a Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

não completamente subordinados a eles, de forma que não se inviabilize o aporte da formação à criatividade necessária às lutas e também não se criem barreiras a novas perspectivas teóricas que possam ser agregadas nas atividades.

O processo de formação sobre violência contra as mulheres nos permitiu, por um lado, ver os limites nos quais esta luta está sendo travada pelo movimento, tanto no que diz respeito à estrutura de poder na sociedade, consubstanciada no sistema patriarcal, capitalista e racista, como na conjuntura atual de crescimento do fundamentalismo religioso e do peso social da expressão midiática contrária a nossos interesses. Incidem sobre o problema também os contextos específicos analisados no processo de formação: contexto de violência ligada ao narcotráfico nos centros urbanos, contexto de conflitos agudos, e contexto de aparente não violência.

Por outro lado, a publicização do problema da violência contra as mulheres, efetivada pelo movimento feminista, favoreceu que ele hoje seja assumido como um problema público a ser enfrentado pelo Estado brasileiro, com legislação própria e políticas públicas decorrentes. Obviamente, não são ainda estas políticas públicas, muito menos seus respectivos orçamentos, o desejável pelo movimento, além do que tais políticas geram diferentes níveis de ação estatal em cada contexto local.

O desafio da luta feminista contra a violência é considerar as diferenças de contextos específicos e/ou locais tanto na percepção das formas de resistências das mulheres e/ou grupos de mulheres, como na forma de construir as estratégias políticas do movimento de mulheres e as mobilizações sociais em cada situação.

Por muito tempo o movimento viu a violência contra as mulheres como um problema já claramente explicado. Este olhar foi ampliado pela emergência do feminismo negro, que possibilitou ver a situação de desigualdade existente entre as mulheres em função do racismo e ampliou a interpretação da violência contra a mulher considerando as particularidades e os agravantes da situação das mulheres negras. O nosso desafio agora, a partir deste processo de formação, é ver a violência contra as mulheres não apenas como uma questão universal, como elemento que explica a manutenção da dominação dos homens sobre as mulheres e amplifica o racismo, mas também vinculada a aspectos contextuais que geram o seu agravamento ou o seu acobertamento maior.

Articular a denúncia das diferentes situações vividas por nós mulheres, no seu sentido geral de fenômeno que envolve a todas, a contextos específicos e a situações desiguais enfrentadas por negras, indígenas, pobres, moradoras de periferias e da zona rural, é um desafio permanente. A ele se somam as especificidades: da violência sexista no ambiente de trabalho, como têm denunciado as sindicalistas e nomeado como assédio sexual e moral; da violência que atinge as lésbicas, movida pela intolerância da sociedade com a liberdade sexual; como também a violência que atinge as mulheres que vivem da prostituição ou em outras situações de risco permanente. Enfim, estamos desafiadas a compreender que a violência contra as mulheres é, ao mesmo tempo, um problema que nos atinge a todas, mas que atinge de forma distinta os diferentes grupos sociais de mulheres oprimidas, exploradas e discriminadas, considerando pela sua condição étnico-racial, socioeconômica, sua

preferência afetivo-sexual, e as diferentes situações que enfrentamos nos contextos econômicos, políticos e culturais distintos, dentro do Brasil e também fora dele.

O resgate da reflexão sobre a experiência, visto por nós, antes, como um desafio de ordem pedagógica, parece-nos, após este processo de formação, como um desafio político para o movimento feminista. É neste sentido que os processos de formação se articulam com a organização dos movimentos e com suas lutas, aprofundando a reflexão e possibilitando ampliar o escopo da compreensão dos problemas e de formulação de estratégias.

Um grande desafio pedagógico deste processo foi construirmos juntas a compreensão da violência praticada pelos homens contra as mulheres como grupo social, sem perder a dimensão que este grupo ao qual pertencemos é composto por todas e cada uma de nós, com suas dores sofridas de forma absolutamente particular e, ao mesmo tempo, com sua capacidade de resistência, com suas estratégias de sobrevivência próprias, com sua capacidade de erguer-se e ser sujeito de sua própria história. Estamos desafiadas a articular os contextos diferenciados nos quais a violência se aprofunda, as situações específicas que a agravam, as formas de resistências individuais e coletivas e, ao mesmo tempo, o caráter geral da violência contra as mulheres como mecanismo utilizado pelo grupo social masculino para estabelecer, de forma peremptória, o lugar socialmente aceito para as mulheres na sociedade patriarcal.

Este desafio nos exigiu articular, na explicação do problema, as dimensões materiais e simbólicas da realidade social, para contribuir na compreensão da produção cultural da subjetividade, como

está explícito no texto elaborado durante o processo de formação no intuito de precisar nossas referências teórico-políticas: “As questões subjetivas são importantes para compreender o fato de muitas mulheres permanecerem na situação de violência. Os aspectos subjetivos envolvidos na situação de violência são uma dimensão insuprimível da abordagem do problema. A condição de subordinação/secundarização das mulheres dentro dos espaços de construção e reprodução culturais influencia na formação de suas subjetividades. Há códigos que delimitam poderes práticos para as categorias concebidas como ‘homem’ e ‘mulher’. Além dos códigos culturais, a divisão sexual do trabalho, o confinamento no espaço doméstico, a falta de autonomia, corroboram com o *status inferior* atribuído às mulheres, em um processo de negação do sujeito – o que pode ser compreendido como elemento estruturante da violência.”¹¹

A dimensão da corporeidade como parte da integralidade das mulheres foi um elemento central no processo de formação. Deveria ser, na nossa perspectiva pedagógica, em diferentes atividades de formação feminista, porém mais desejável ainda em processo de formação sobre violência contra as mulheres, uma vez que consideramos a dimensão da subjetividade como relevante na explicação do problema e na geração de condições de possibilidade para sair dele. Trabalhamos com exercícios vivenciais tomando por base a percepção do corpo, suas marcas e sua mobilidade, assim como a percepção dos corpos de outras mulheres, seus sentimentos e apreensões. Buscamos construir um espaço formativo que

¹¹ VIOLÊNCIA contra as mulheres: novos contextos, velhas questões. Marco teórico-político da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB sobre violência contra as mulheres. Recife/Natal: AMB, 2009.

fosse além do pensar e buscasse o sentir do seu próprio corpo e a percepção das outras mulheres como corpos marcados pela vivência de diversas formas de violência, que vão desde as interdições dos movimentos básicos no processo de socialização infantil até espancamentos e ameaças de morte por parte de parceiros conjugais.

Pensar sobre a violência exige também considerar o que sentimos e o que as outras mulheres sentem, como vivemos esta dimensão da cultura no nosso cotidiano, como experienciamos as interdições à nossa autonomia e liberdade impostas pelo sistema patriarcal capitalista, em especial, quando este sistema se expressa através de homens pelos quais temos apreço. Reconhecer nossas próprias experiências com a violência, embora de forma insuficiente neste processo de formação, pareceu-nos fundamental para compreender outras mulheres e para construirmos nossas condições subjetivas de enfrentamento individual e coletivo do problema.

Neste processo de formação, a dimensão da integralidade tomou por referência a noção de mulheres como sujeitos, tanto no sentido individual de favorecer a geração de autonomia de cada uma como pessoa e como sujeito de sua própria existência, como no sentido coletivo de pensar o movimento de mulheres, e nele o feminismo como sujeito político da luta de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Embora, por equívoco nosso, inicialmente não tenha sido recuperada a história de luta feminista contra a violência, esta dimensão se impôs pela força da experiência coletiva que tínhamos em

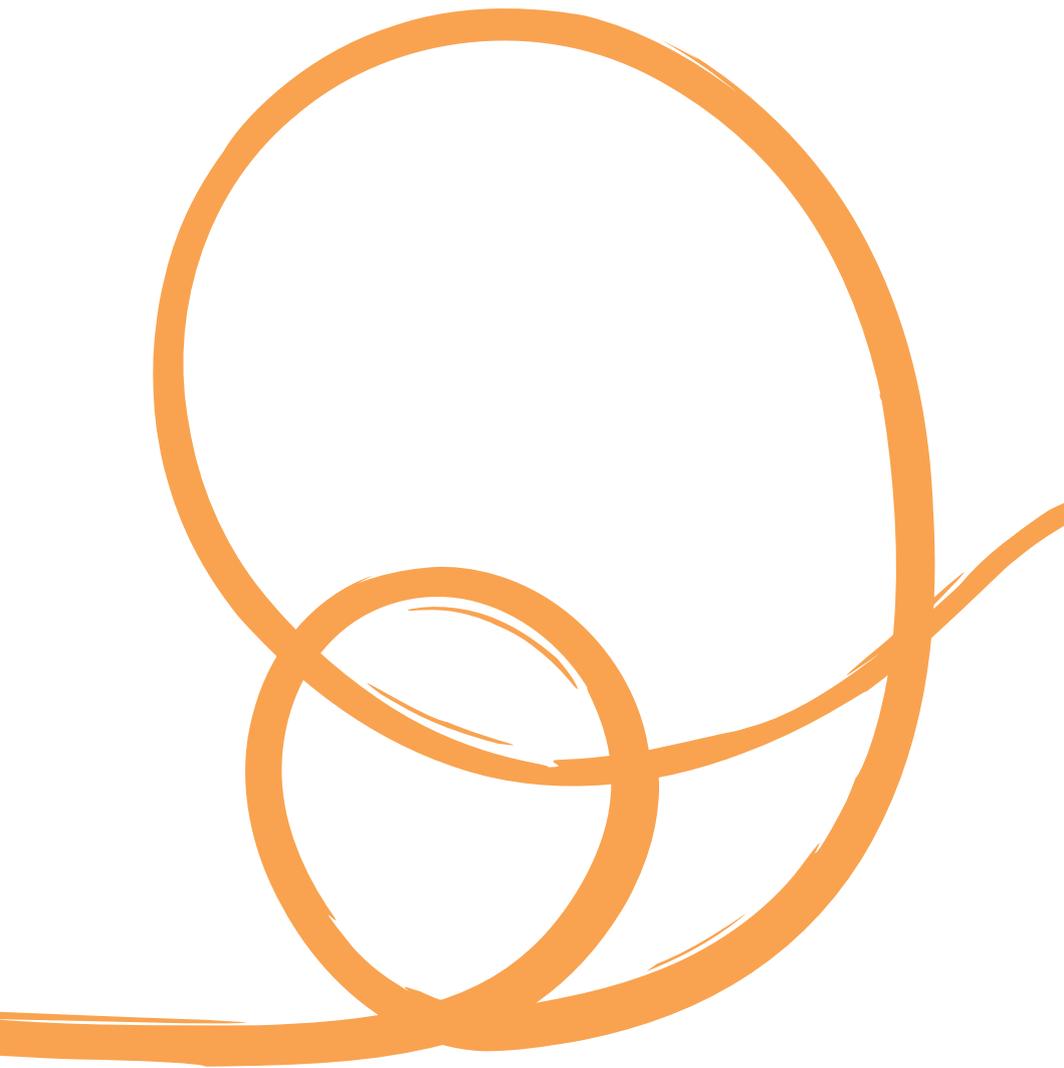
comum com as participantes, como parte que somos do movimento feminista. Rever a trajetória da questão da violência contra as mulheres é quase como rever a trajetória da construção do movimento feminista no Brasil a partir da década de 1970. O movimento se colocou como sujeito político na cena pública nacional ao mesmo tempo em que denunciava a situação de violência contra as mulheres, fazia a crítica contundente dos ‘crimes de honra’, e exigia as delegacias especializadas e outros serviços a serem realizados pelo Estado. O processo de formação desenvolvido com a AMB retomou esta história como fonte de referências que confirma o sentido permanente de nossa luta, mas também como visualização de diferentes estratégias e formas de expressão públicas das posições do movimento em cada conjuntura específica.

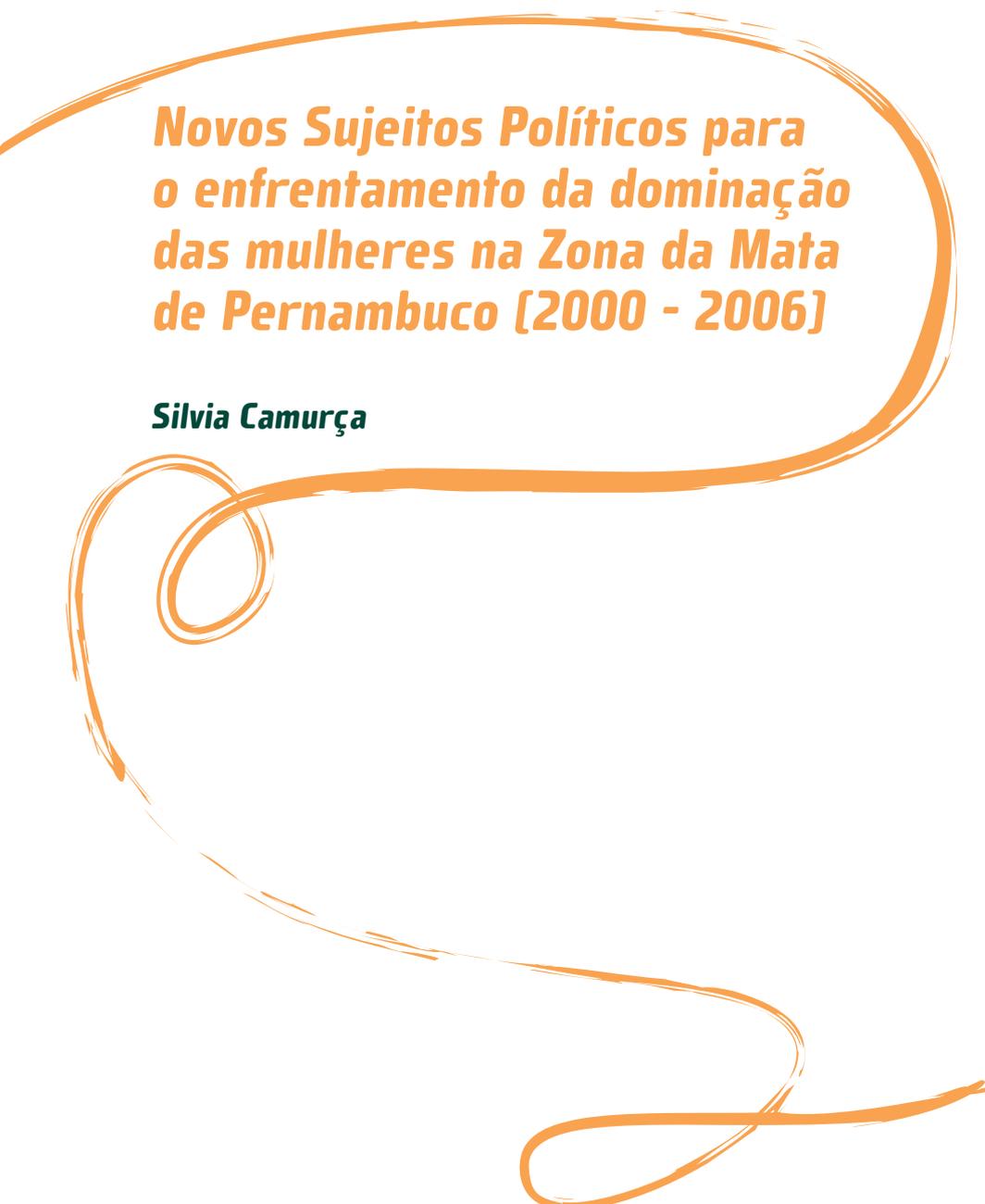
Recolocamos em pauta o debate sobre ética e estética feminista como questões próprias da forma de manifestação como movimento social. Forma que procura diferenciar o feminismo de outras movimentações, por ser articulada aos princípios de horizontalidade nas relações de poder, de questionamento aos padrões estéticos normatizadores do que é ser mulher e por recolocar a capacidade de criação como elemento indispensável da construção cotidiana e da expressão libertária de nossa luta pelo fim da violência. Se a violência nos impede de criar e reinventar nossas vidas, exercer a criatividade é, portanto, conquista e parte do processo de autotransformação de todas nós, como indivíduos e como coletivo.

Este exercício possibilitou desconstruir algumas referências já cristalizadas e debater novas, mantendo as ideias originais de que

a luta feminista se dá frente ao Estado e frente à sociedade. Nesta perspectiva, o objetivo não é apenas ter serviços públicos de atendimento a mulheres vítimas de violência. Do Estado exigimos políticas públicas integradas capazes de por fim às interdições materiais e simbólicas que colocam as mulheres em lugar de subordinação frente aos homens. Mas, como um movimento contra-hegemonico, questionamos também a sociedade e o patriarcado que a sustenta. Exigimos, e nos propomos a construir, uma democracia capaz de capilarizar-se em todos os aspectos da vida social, no cotidiano de cada uma de nós. Esta concepção, articulada no interior dos encontros de formação, foi o nosso maior desafio pedagógico. E segue sendo, uma vez que não temos no movimento de mulheres recursos pedagógicos adequados para desenvolver atividades de formação com a amplitude que esta concepção exige.







***Novos Sujeitos Políticos para
o enfrentamento da dominação
das mulheres na Zona da Mata
de Pernambuco (2000 - 2006)***

Silvia Camurça

No marco do desenvolvimento local e da ação de educadores sociais, o trabalho com mulheres vem firmando uma proposta pedagógica calcada na ideia de um suposto triplo papel das mulheres: produtivo, reprodutivo e comunitário.¹ Esta abordagem, amplamente difundida nos anos 1980 no interior do sistema de cooperação internacional, agências europeias e norte-americanas e seus parceiros, teve nos centros de formação, documentos de subsídios e orientações para realização dos projetos sociais na América Latina, Ásia e África sua principal fonte de difusão.

A proposta tem seu valor. Permite ler e descrever o lugar das mulheres em territórios delimitados e é, sem dúvida, útil para identificar e nomear o quê de exploração e exclusão social pode aí estar ocorrendo. Entretanto, contém dois limites. Um deles é que o esquema proposto (Moser, 1991) não permite nem oferece mecanismos de análise para desvelar a dinâmica da dominação das mulheres e não considera as “raízes da desigualdade:”² relações sociais de classe, de gênero e o racismo, elementos que são centrais para uma abordagem das problemáticas vividas pelas mulheres na América Latina. Por outro lado, e este é seu mais grave limite, não considera a possibilidade nem o desafio de instituir as mulheres como sujeito político, posto que já está previamente colocado seu lugar de participação na vida da comunidade: o trabalho social de base local.

1 MOSER, Caroline. La planificación de género em el Tercer Mundo: Enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género. In VIRGINIA GUZMAN et al. Uma Nueva Lectura: Género y Desarrollo. Lima: Ed. Entre Mujeres/Flora Tristan, 1991. p.55-124.

2 SILVA, Carmen S. M. Raízes das desigualdades. Caderno de Crítica Feminista, ano I, n.0. Recife: SOS Corpo, dez. 2007. p.26-37.

Adotando esse esquema como opção de abordagem ou por assimilação mecânica, as práticas político-pedagógicas restringem muito o campo da luta social das mulheres. Assim, na nossa experiência, a abordagem de Moser, rapidamente se mostrou insuficiente para politizar as inúmeras ações em rede e ações coletivas decorrentes do trabalho social do movimento de mulheres, tal qual o vivemos no Brasil, dificultando a articulação desta ação de base local com as lutas sociais mais largas do feminismo.

Estes limites foram identificados e elaborados nos debates da equipe do SOS Corpo ao final dos anos de 1990 e estão hoje já colocados e apontados no debate da pedagogia feminista que viemos promovendo no movimento.³ Porém ainda temos muito que experimentar e criar em termos de possibilidades metodológicas para articular trabalho social e construção de movimentos de mulheres com orientação feminista, ou seja, “um movimento de confronto da dominação das mulheres.”⁴

Movidas pela busca de abordagens alternativas para o trabalho com mulheres no tema do desenvolvimento, entre os anos 2000 e 2006, o SOS Corpo desenvolveu e implementou um programa de formação construído e acordado em aliança com diversas organizações de mulheres da região canavieira de Pernambuco, a Zona da Mata. A experiência teve como objetivo fortalecer as organizações de mulheres como sujeito político entre os movimentos sociais

3 Referência ao Seminário Nacional Feminismo e Práticas Educativas no Movimento de Mulheres e à Oficina Nacional Pedagogia Feminista e Fortalecimento do Movimento de Mulheres, realizados em Recife, respectivamente nos anos de 2008 e 2009, por iniciativa do Núcleo de Educação do SOS Corpo.

4 SCHUMAHER, Schuma, intervenção na Oficina Pedagogia Feminista e Fortalecimento do Movimento de Mulheres, Recife: SOS Corpo, 2009. Mimeo.

que estão na luta por projetos alternativos de desenvolvimento na região. As ações orientaram-se para promover a elaboração coletiva pelas mulheres de uma visão crítica sobre o contexto de seu cotidiano e estimular ações coletivas e lutas comuns capazes de configurar um movimento de mulheres que ali potencialmente se construíam.

É desta experiência que trata este artigo, construído sobre a base do registro metodológico elaborado em 2004 por mim em colaboração com Heike Friedhoff, companheira do DED Brasil (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social), que integrou a equipe do projeto, e Maria Verônica Guedes (Vera), companheira de trabalho educativo no SOS Corpo. Propomos esta experiência como base empírica, a partir da qual podemos refletir sobre caminhos possíveis para enfrentar o desafio comum do feminismo: organizar as lutas das mulheres em movimentos vivos.

Proposta pedagógica

Com trajetória econômica e cultural estruturada sobre o regime da escravização da população negra, expropriação das terras indígenas e instalação de latifúndios para a monocultura da cana-de-açúcar, a Zona da Mata de Pernambuco foi pólo da agroindústria açucareira no Nordeste até pouco tempo, quando foi suplantada, em termos de região, pela Zona da Mata do estado vizinho, Alagoas. Atualmente, projetos governamentais buscam retomar os níveis de atividade produtiva de anos anteriores apostando especialmente na diversificação da agroindústria, no desenvolvimento do turismo e no desenvolvimento dos serviços. Estes projetos,

entretanto, deixam inalteradas a estrutura agrária e a dinâmica da acumulação de riquezas na região, que segue sendo uma área de muitos conflitos agrários e muitas desigualdades.

Por sua longa trajetória de exploração e opressão, a Zona da Mata de Pernambuco foi, historicamente, importante centro irradiador das lutas de resistências das populações empobrecidas em Pernambuco. No presente, a região apresenta alta densidade de movimentação social das mais diversas orientações: pastorais sociais, organizações de pequenos produtores rurais, organizações de mulheres, sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos de luta pela terra, cooperativas de trabalhos de vários tipos, associações de moradores, grupos de jovens, associações de produtores agroecológicos. E, muito importante, há uma significativa densidade de organizações de mulheres que estão aí atuando há muitos anos.

O diálogo com as mulheres organizadas na região e a interação da equipe com o contexto local orientaram um programa para a formação política feminista das mulheres e para o fortalecimento de sua ação como movimento, aspecto central para enfrentar a correlação de forças extremamente desfavorável a projetos políticos de mudança social na região referida. Na forma de programa de formação, o trabalho desenvolvido caracterizou-se por um processo de educação para ação política, cuja prática pedagógica foi contextualizada permanentemente em relação à dinâmica política local em que estavam imersas as organizações de mulheres participantes do programa.

Tomavam-se em conta as possibilidades de ação e re-ação das

mulheres às iniciativas de políticas desenvolvimentistas governamentais, às iniciativas em políticas públicas no espaço local e às oportunidades de incidência das mulheres nos contextos eleitorais. Além disso, considerava-se a possibilidade de ação das mulheres em sintonia com a movimentação dos outros sujeitos políticos na área, os movimentos sociais.

O programa de formação foi iniciado com a participação de vinte e três mulheres de sete municípios da Zona da Mata. No decorrer do processo, as mulheres que participavam das atividades de formação passaram a articular outras associações e centros de mulheres de municípios vizinhos aos seus e, ao final do projeto, alcançaram mulheres de outros movimentos sociais na região, totalizando cerca de oitocentas mulheres envolvidas nas atividades de formação e nas ações de mobilização decorrentes do programa, situadas em dezenove municípios na Zona da Mata.

As atividades de formação encerraram-se ao final do ano de 2005, cumprindo a meta coletivamente fixada entre equipe e as organizações parceiras, de realizar uma ação unificada de incidência política, ação que tomou a forma de audiência pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco para tratar de um projeto de desenvolvimento para a região (o Promata)⁵ e o componente de políticas públicas de saúde nele contemplado.

O processo de mobilização e consolidação do movimento de

⁵ Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco, programa do governo do estado, parcialmente financiado pelo BIRD, e que foi, nos vários anos de sua elaboração, objeto de incidência de movimentos sociais e espaço de disputas pelas orientações políticas e recursos, por parte dos agentes econômicos e a população da região.

mulheres segue ainda se fazendo, mas fechou um primeiro ciclo oito meses depois, em agosto de 2006, com a realização da I Plenária de Mulheres da Zona da Mata, que resultou na construção de uma pauta de lutas comum para as mulheres da região. Nesta sistematização, que considera o período 2000-2006, apresenta-se tão somente a estratégia pedagógica desenvolvida pelo SOS Corpo para orientar sua atuação junto às organizações de mulheres e que, sem dúvida, foi determinante para a autoconstituição do movimento, promovendo articulação e ações coletivas destas organizações frente problemáticas diversas do contexto da Zona da Mata.

Os sujeitos deste programa e seus contextos

A Zona da Mata é composta por quarenta e dois municípios que ocupam 8.465,10 km² de Pernambuco, em faixa territorial contínua ao litoral sul e ao norte do estado. A organização das mulheres na Zona da Mata de Pernambuco tem sido historicamente fomentada e apoiada por algumas ONGs, entre elas o Centro das Mulheres do Cabo, sediado na Região Metropolitana do Recife, mas com atuação em toda Zona da Mata Sul, e o CEAS Rural, sediado no município de Palmares, na própria Zona da Mata Sul. Muitas das organizações de mulheres locais surgiram inspiradas ou apoiadas por estas organizações. Ao início do projeto, em treze dos municípios da Zona da Mata, identificamos organizações autônomas de mulheres em funcionamento, seis associações e oito centros. A mais antiga dessas organizações é o Centro de Mulheres de Água Preta, situado na Mata Sul, fundado em 23 de agosto de 1987. No ano de 1988, foram criadas três novas organizações: o Centro

das Mulheres de Vitória de Santo Antão, o Centro das Mulheres de Pombos (ambos na região central da Zona da Mata) e a Associação de Mulheres de Nazaré da Mata (na região da mata Norte). O Centro das Mulheres de Joaquim Nabuco, situado na Mata Sul, em município do mesmo nome, foi criado um ano depois.

Durante vários anos, apenas estas organizações locais trabalharam na defesa dos direitos das mulheres na região. Mas trabalharam em parceria com organizações feministas, ONGs com projetos na zona rural e em articulação com trabalhos desenvolvidos por pastorais da Igreja Católica, o que aumentava seu poder de atuação no município. Somente em 1996 outras organizações de mulheres iriam surgir, nos municípios de Palmares e Catende. Desde então, as mulheres da Zona da Mata fundaram uma nova organização a cada ano: em 1997, em Vicência; em 1998, em Condado; em 1999, em Timbaúba; em 2000 surge nova organização em Água Preta, sendo esta a segunda; em 2001 surge uma organização em Tracunhaém e, por fim, em 2002 foi fundada uma associação em Apoti, no município de Glória de Goitá. Mais e mais organizações de mulheres começam a surgir a partir de 2005, agora também impulsionadas pela dinâmica de movimento social instalada na região.

Os centros e associações de mulheres da Zona da Mata, sujeitos deste programa de formação, têm uma longa história de atuação. A luta por uma maior participação das mulheres na vida política, social e econômica dos seus municípios domina o âmbito de ocupações das mulheres nestas organizações. Mas, em muitos casos, é possível perceber que outros objetivos aproximam estas organizações umas das outras. Entre os objetivos comuns, destacam-se:

“Lutar pela defesa dos direitos das mulheres; lutar pela organização e conscientização das mulheres para assegurar sua maior participação na sociedade; realizar ações educativas como cursos, seminários, palestras e debates que possam contribuir para o desenvolvimento das mulheres; realizar pesquisas e estudos relativos a problemas específicos das mulheres; promover atividades para a profissionalização e para a inserção econômica das mulheres; orientar e prestar assistência às mulheres sobre saúde da mulher e planejamento familiar; combater a violência contra as mulheres.”⁶

Estes objetivos diferenciam estas organizações das tradicionais organizações de mulheres de tipo assistencial e demarcam um campo de organizações identificadas, em maior ou menor grau, com o movimento de mulheres e a luta feminista.

Apenas duas das organizações tinham, na fundação, grande número de sócias: mil e quinhentas e três mil e quinhentas. As demais organizações fundaram-se a partir de um pequeno grupo de mulheres, entre seis e trinta e cinco integrantes. Uma recuperação da trajetória destas organizações, que realizamos em 2002,⁷ apontou uma situação bastante distinta entre o momento atual e o de fundação. As grandes organizações perderam sócias ou adotaram uma política de redução no quadro de sócias, deixando de ser organizações de massa para tornarem-se pequenos coletivos, enquanto as pequenas organizações aumentaram sua base social

6 Atas de fundação, estatutos e relatórios encontrados no acervo das organizações no ano de 2002. Mimeo.

7 Este levantamento foi publicado na forma de uma revista, que tratou exclusivamente das organizações de mulheres e sua atuação na Zona da Mata. Vide: VIRA Cabeças. Recife: SOS Corpo/Articulação de Mulheres da Zona da Mata/Fórum de Mulheres de Pernambuco, 2004.

nos anos recentes, variando em 50% a 150% o crescimento desde a fundação até o ano 2004. Hoje, todas estas organizações têm uma base social de médio porte, formada por quarenta a duzentas associadas, mas com raio político de influência crescente sobre a população feminina dos municípios onde atuam.

As associações e centros de mulheres da Zona da Mata atuam com orçamentos muito pequenos, não superiores a R\$10 mil por ano e alguns, inclusive, muito inferiores a esse valor. Em 2002, por exemplo, boa parte destas organizações funcionou com menos de R\$1 mil para o ano todo. Mas há exceções, duas delas funcionam como organizações profissionalizadas, contando com projetos de financiamentos para trabalhos sociais com mulheres e jovens.

A maioria dos centros e associações (dez) faz parte de articulações e redes. A mais referida é a Articulação de Entidades da Zona da Mata, mas algumas das organizações estão também na Rede contra o Abuso Sexual em Pernambuco, na Rede de Jovens do Nordeste, no Observatório de Equidade de Gênero, no NEP-Núcleo de Educadores de Pernambuco, no Fórum de Mulheres de Pernambuco, na Rede contra a Violência e no COMASUL-Comissão Intermunicipal da Zona da Mata Sul contra Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Apesar disto, significativa parte das ações são de âmbito local e não regional, estando esta experiência restrita às direções.

No período inicial do programa de formação, as práticas de mobilizações e ações públicas estão presentes entre as organizações de mulheres na Zona da Mata, em geral na forma de comemoração do Dia Internacional da Mulher, oportunidade das associações e

centros levarem a público suas reivindicações nos seus municípios. Na Mata Sul esta é uma experiência mais presente. Ali se registra a participação das organizações de mulheres em feiras de saúde, mobilizações de denúncia sobre mortalidade materna e um festival da juventude (Palmares), atividades em rede organizadas por ONGs e pastorais. Além disto, as organizações de mulheres também participam de intervenções na mídia: uma delas tem um programa de rádio (na Zona da Mata Norte), outras atuam em programas de rádio em parceria com outras organizações (na Zona da Mata Sul).

Apesar desta relativa presença na cena pública dos municípios, a experiência de realizar ações e lutas coletivas, que foi vivida mais intensamente no passado, ao longo da década de 1990 decaiu significativamente ou se manteve de forma bastante irregular, quase desaparecendo do cotidiano destas organizações. Naquela década, uma vertente significativa de atuação dos grupos de mulheres da Zona da Mata foi a participação nos conselhos municipais. As mulheres estão em praticamente todos os conselhos municipais, tendo mais prioridade os conselhos de Desenvolvimento, Criança e Adolescente, Saúde e Assistência Social. Há também participação nos conselhos de Meio Ambiente e de Educação, no Conselho Tutelar, nas Comissões Municipal de Emprego e até em um Conselho Anti-Drogas. As mulheres também acompanham alguns conselhos de gestão de serviço de saúde (SUS) e conselhos de projeto de desenvolvimento em seus municípios.

A insatisfação com estes espaços, entretanto, foi e é muito grande e isto foi objeto de debate e reflexão ao longo dos anos do programa de formação, mas em especial nas oficinas realizadas

por toda a região em preparação à I Plenária de Mulheres da Zona da Mata (2006), do que decorreu uma pauta específica pelo direito à participação e pelo respeito e valorização do controle social da população sobre o poder municipal.

Em que pese a ação no controle social, no período inicial do programa de formação, o forte da atuação destas organizações era mesmo o trabalho social junto a sua base de associadas. Muitos destes centros e associações realizam atividades de capacitação profissional, oferecendo cursos de artesanato, com diversas especialidades, como o trabalho com papel-jornal, com fuxico, em palha e tapeçaria; capacitação para cabeleireira; cursos de pintura (às vezes em tecido) e de corte e costura, em geral apoiados por programas da administração municipal. Duas das organizações fazem formação em informática e três centros tiveram experiência com grupos de produção. Um grupo oferece oficinas de leitura, inglês, teatro, percussão e música para mulheres jovens.

Parte do trabalho social é a distribuição de leite e de enxoval, organização de passeios com as mulheres e seus filhos, organização de bazares e brechós, festas em datas comemorativas, distribuição de alimentos e roupas em casos de emergência (após calamidades). Algumas poucas organizações oferecem serviços às mulheres, restritos a casos de projetos financiados por períodos determinados: atendimento jurídico e de saúde às mulheres, oficinas de dança, distribuição de preservativos.

Este trabalho social é complementado por muitas iniciativas de formação política das mulheres, a chamada “formação para a cidadania”. São atividades educativas dirigidas para as mulheres

individualmente tratando de diferentes temas e questões: relacionamento familiar, direitos humanos, gênero, políticas públicas, violência, educação e desenvolvimento sustentável, bem como questões de ordem prática (como orientação às mulheres relacionada a sua documentação civil). O tema da saúde também é frequente, com ênfase na orientação para prevenção ao câncer de colo de útero e de mama e às DST/Aids.

As mulheres participantes

No período inicial do programa, e também nas atividades de mobilização regional, adotamos uma ficha de inscrição com perguntas relativas à ocupação e outras informações das participantes, a partir da qual formamos um perfil das dirigentes de organizações autônomas de mulheres com as quais trabalhamos.

As mulheres das diretorias das associações e centros de mulheres da Zona da Mata são, em sua maioria, adultas com idades compreendidas majoritariamente na faixa de 30 a 40 anos. Entretanto, há de se ressaltar uma “ala jovem”, presente em várias direções, integrada por mulheres com idade abaixo dos 25 anos. Isso é interessante na medida em que revela que as mulheres estão fazendo parte dos movimentos sociais independentemente do momento de seu ciclo de vida. Há mulheres solteiras e sem filhos, que ainda moram na casa da mãe; outras que têm filhos de diversas idades morando com elas; e ainda aquelas cujos filhos já saíram de casa.

Um aspecto positivo dessa distribuição etária é a possibilidade de contatos entre as diversas gerações: jovens, adultas e idosas partilham os espaços e as responsabilidades. Parece, inclusive, que

nesses grupos de mulheres há poucas barreiras para o acesso das mais jovens a postos de responsabilidade, como o de presidenta ou coordenadora geral. Muitas jovens mulheres também são conselheiras municipais e outras fazem parte dos conselhos fiscal e deliberativo de suas organizações.

A mesma diversidade encontrada na idade se repete na distribuição do grau de instrução das mulheres. O maior grau de estudo das dirigentes corresponde ao das mulheres que terminaram o 2º grau, que nem sempre são as mais jovens, vale salientar. Em seguida, vêm aquelas que fizeram até o 1º grau completo, algumas concluíram já adultas. Embora inferior, o número de mulheres que não terminaram o 1º grau é significativo. À primeira vista, este diferencial no grau de instrução não parece ter sido um empecilho para ocupar cargos de responsabilidade nos centros e associações de mulheres da Zona da Mata, o que ocorre de forma bastante igualitária entre todas, independente do grau de instrução, contando mais, parece, a capacidade de liderança e a experiência de organização política.

A maioria das mulheres dirigentes tem algum tipo de trabalho remunerado, predominando rendimento mensal inferior ou igual ao salário mínimo: estão aí agricultoras, costureiras assalariadas e comerciantes. As mulheres que recebem entre um e dois salários mínimos são educadoras de projetos sociais, funcionárias públicas ou aposentadas. No funcionalismo público, trabalham como agentes de saúde, professoras e em serviços burocráticos. Os trabalhos pior remunerados são aqueles que também têm as condições mais instáveis, sempre por conta própria: incluem vendedoras, cabeleireiras, costureiras, artesãs, manicures.

A maioria das dirigentes dos centros e associações de mulheres da Zona da Mata mora em grupos domésticos com três a quatro pessoas. A maioria destes grupos domésticos sobrevive com um a três salários mínimos de renda média familiar, sendo a renda das mulheres uma importante fonte, às vezes a única. Com menor frequência entre as mulheres dirigentes de organizações, estão aquelas que integram grandes grupos domésticos, com seis, sete e até onze pessoas na casa. Mesmo nestes grupos, a renda média familiar mantém-se, entretanto, no patamar entre um e três salários mínimos.

As mulheres mobilizadas pelas atividades de incidência política não se distanciam muito deste perfil das dirigentes. A maioria delas tem renda média familiar entre um e dois salários mínimos, sendo maior o número de aposentadas, funcionárias públicas e de trabalhadoras informais urbanas, mas é significativo o número de agricultoras assentadas e assalariadas temporárias rurais.

Orientações adotadas para a prática educacional

O SOS Corpo tem pautado sua prática educativa pela ideia de uma pedagogia feminista que “toma como referência a trajetória histórica das mulheres e propõe um processo que contribua com a consciência e ação política sobre as condições que daí decorrem.”⁸ Em outros termos, podemos dizer que tomamos como questão pedagógica a produção de conhecimento das mulheres sobre as mulheres, consideradas como uma experiência social e historicamente compartilhada, experiência marcada pela dominação,

⁸ XAVIER, Dulcinea. Uma pedagogia feminista. Anexo I. Recife: SOS Corpo, 1994. Mimeo.

exploração e opressão mas também pela resistência e lutas, individuais e coletivas, frente a estas condições.

Entre as características da pedagogia feminista, destacamos a similaridade com a educação popular e sua proposta de prática educativa transformadora, tendo como inspiração central os conceitos de opressão, exploração, dominação, discriminação e desigualdades de gênero: “Trabalhar com a perspectiva de gênero no sentido de uma ação político-educativa transformadora é trabalhar com o reconhecimento de que as mulheres detêm reduzido poder na sociedade e de que isso se constitui em uma injustiça social.”⁹ A prática educativa do SOS Corpo esteve caracterizada como uma prática que coloca “ênfase nas atividades de grupo, no formato participativo e no uso de metodologias que articulam subjetividade e racionalidade, experiência pessoal e conhecimento teórico e técnico.”¹⁰

Este programa de formação partiu destes marcos de referência para afirmar a relevância do processo de autoconstituição dos movimentos de mulheres como sujeito político e como instrumento das lutas das mulheres por liberdade e autonomia, por mudanças nas suas vidas e na sociedade.

Tomamos como premissas o que já está sistematizado e difundido pelo SOS Corpo:¹¹

- A ação educativa feminista é também política, porque objetiva mudar as relações de injustiça presentes na vida das mulheres e reduzir as desigualdades sociais;

⁹ GOUVEIA, Taciana; PORTELLA, Ana Paula. *Ideias e dinâmicas para trabalhar com gênero*. Recife: SOS Corpo, 1999. p.14

¹⁰ Id. *Ibid.*, p.15

¹¹ Id. *Ibid.* p. 22-28.

- A ação político-educativa é um processo, que não se inicia nem se encerra com uma atividade específica. Este processo, político-educativo, ancora-se na realidade social vivida pelos sujeitos, o que inclui as relações de subordinação em que estão inseridos;
- As educandas não são uma página em branco, pois já têm o conhecimento e experiência acumulada. Todas as pessoas têm uma história pessoal e coletiva e um conhecimento sobre a realidade, assim como as educadoras, que também possuem conhecimento acumulado. As ações político-educativas devem possibilitar, por isso, o acesso dos sujeitos ao conhecimento acumulado e sistematizado nos diversos campos temáticos e promover a troca entre diferentes saberes e experiências, contribuindo para a produção coletiva de novos saberes.

Com base neste referencial desenvolvemos o programa de formação, tomando decisões para a orientação das práticas a cada momento. As orientações adotadas estão aqui organizadas por ordem de relevância para a especificidade do processo pedagógico que desenvolvemos, de forma a facilitar a compreensão do todo.

Programa de formação e não apenas curso

Iniciamos por negar a proposta de um curso para o contexto no qual iríamos atuar. A ideia de curso nos remete a um conjunto pré-definido de conteúdos que serão trabalhados com um grupo de pessoas que permanecerão juntas durante o processo. Um curso pode adotar uma metodologia presencial ou não, ser mais participativo ou não, mas sempre terá seu conteúdo pré-estabelecido. Não nos parecia uma boa opção para o contexto de

nossa atuação na Zona da Mata, contexto pouco conhecido pela maioria da equipe.

Optamos então por um programa de formação, compreendido como um conjunto de situações educacionais, cujo caráter e conteúdo vão sendo definidos no processo, em interação com os sujeitos da aprendizagem, que nem sempre serão os mesmos ao longo do tempo, embora uma grande parte deles o seja. Com esta compreensão, a ideia de programa nos pareceu mais condizente com os desafios que nos colocamos: fortalecer a organização de mulheres na região. Além disto, um programa de formação poderia abrigar melhor, como realmente o fez, a proposta de articular formação e ação política, além de nos permitir vivenciar o pensar e agir educacional durante um período mais largo de tempo (ao todo foram cinco anos e meio).

Formação para organizações autônomas

A definição do público destinatário foi uma das orientações iniciais do programa, cujo grupo de participantes foi exclusivamente formado por integrantes de organizações autônomas de mulheres dos setores populares da Zona da Mata. Por organizações autônomas de mulheres queremos aqui nos referir àquelas organizações fundadas, geridas e controladas exclusivamente por mulheres – criadas seja com o intuito de apoiar as mulheres na superação de sua condição subordinada e oprimida, fortalecê-las como sujeito político, melhorar suas condições de vida; seja como um espaço de auto-ajuda entre as mulheres. As organizações autônomas de mulheres têm absoluta autonomia de decisão sobre seus rumos; são

formadas como um espaço público das mulheres sendo privativo delas. Ou seja, um espaço não determinado em sua dinâmica, nem em seus objetivos e limites, por quaisquer outras regras que não aquelas acordadas entre as próprias mulheres com vistas aos objetivos por elas definidos.

Optamos por definir este público como beneficiário e parceiro por considerarmos que a organização autônoma de mulheres favorece o livre exercício da autonomia de cada mulher e promove a autodeterminação da sua própria organização. Isto implica no livre exercício da autoridade de cada mulher sobre as decisões acerca de sua própria vida e da vida comum da organização – exercício de autonomia que, para nós, é condição inerente ao sujeito político.

Optar por trabalhar com organizações autônomas de mulheres foi, por tudo isto, uma orientação vinculada ao propósito de contribuir para a construção da movimentação autônoma das mulheres e sua permanência no tempo, fortalecendo um núcleo que pudesse vir a conferir base de sustentação ao movimento naquela região. Este movimento, por seu turno, seria, necessariamente, integrado por mulheres participantes de organizações autônomas de mulheres e por mulheres integrantes de distintos movimentos sociais na região.

Nossa visão sobre poder e liderança

Poder e liderança são duas referências necessárias e relevantes a toda prática educativa vinculada à formação de movimentos sociais. Sabe-se, entretanto, que múltiplas são as possibilidades de

compreensão destes termos e, por isto mesmo, foi preciso uma definição comum à equipe e que orientasse o programa de formação.

Atualmente tem crescido em popularidade a proposta de *empoderamento*. Ideia que dá margem a uma concepção um tanto quanto imprecisa, ou talvez equivocada, da questão do poder. Empoderamento nos remete à ideia de que alguém tem poder e vai transferi-lo para outro, como quando se diz: “Vamos empoderar esta mulherada!” Ou à ideia de que alguém se torna poderosa sozinha, quase um processo natural como o crescimento dos ossos do corpo, presente nos dizeres “Ela foi se empoderando”. Há ainda a possibilidade de se compreender empoderamento como segurança e autonomia, sendo comum o uso da expressão: “Uma mulher muito empoderada, dona do seu nariz!” Optamos por uma outra compreensão sobre o poder, entendido não como algo que se possui, mas como relação social, ou seja, poder compreendido como componente das relações sociais nas quais as mulheres ocupam lugares subordinados e contra as quais elas precisam lutar e efetivamente lutam, com menor ou maior sucesso a depender da correlação de forças de cada conjuntura.

Por motivos similares, definimos nossa visão de liderança não como ‘personagem’, nem como habilidades e técnicas a serem empregados por uma pessoa ou indivíduo, mas como processo coletivo que envolve a mobilização e organização da participação das mulheres nas lutas sociais levadas a cabo por suas organizações e movimentos. Neste sentido nos afastamos dos enfoques psicológico e técnico-metodológico de liderança, e nos aproximamos do enfoque conjuntural nos termos propostos por Cristina S.

Simião:¹² “O enfoque conjuntural aborda a questão da liderança dentro da dinâmica de uma realidade específica, focalizando as diversas formas de agir e reagir dos diversos grupos sociais (...)”. Nestes termos remete a ideia de práticas políticas e “modelos de organização social que se queira estabelecer”.

Em decorrência desta visão, nossa prática educativa adotou uma orientação bastante definida quanto ao poder e à liderança: atuamos para construir a possibilidade de fortalecimento do movimento de mulheres e de qualificar a liderança das organizações de mulheres na movimentação das mulheres na Zona da Mata e entre os movimentos sociais da região. Em torno desta meta, definimos indicadores, anualmente avaliamos os avanços alcançados e elaboramos as orientações metodológicas para a continuidade da ação.

Espaços nos quais decidimos trabalhar

As ações na comunidade foram o espaço próprio de constituição inicial das organizações de mulheres participantes do programa e assim, sendo tais organizações de base local, a liderança destas organizações deveria, a nosso ver, necessariamente se constituir e se re/constituir, conforme o caso, a partir de processos locais.

Dado o pouco contato da maioria da equipe com a dinâmica do cotidiano das cidades e vilarejos da Zona da Mata, considerávamos também crucial nossa presença na área, durante alguns dias e noites, participando um pouco da vida comunitária. Por meio

¹² SIMIÃO, Cristina S.. “Diversos Significados e representações que se faz a respeito de liderança” In Regina Rocha et al, *Liderança Popular: Mitos, Possibilidades e Desafios. Apontamentos do Grupo Ad Hoc sobre Práticas de Liderança Popular Comunitária*. Curitiba: Aditepp e Nova Pesquisa, 1997. p. 7-16.

desta possibilidade pretendíamos apreender os meandros da constituição dos ritmos do cotidiano e os limites e obstáculos à ação política das mulheres e suas organizações no plano local.

Esta dupla orientação foi determinante na decisão de organizar o programa de formação em jornadas municipais. Estas jornadas municipais nos ofereciam a possibilidade de permanecer na área por três a quatro dias seguidos; vivenciar o ritmo local durante as noites, fins de tarde e amanhecer; realizar atividades na sede do município e, às vezes, ir até o interior; promover atividades com diferentes grupos de mulheres integrantes das organizações; organizar visitas nossas a ruas e praças, conhecer o lugar, enfim.

Uma segunda orientação foi tomada quanto à identificação dos contextos de relações importantes nos quais deveríamos assentar as situações educacionais que seriam promovidas pelo programa. Definimos que as atividades deveriam ser propostas e realizadas em quatro distintos espaços-tempo de relações políticas:

- No espaço-tempo das relações internas de cada uma das organizações;
- No espaço-tempo das relações comunitárias entre a organização das mulheres e outros poderes instituídos no local (comerciantes, usineiros, Poder Executivo e Legislativo local, outros movimentos sociais, igrejas);
- No espaço-tempo das relações entre as organizações de mulheres de distintos municípios da Região da Zona da Mata (um espaço regional ainda por se constituir no processo);
- No espaço-tempo da relação educadoras-educandas, sendo esta uma relação com dupla possibilidade: a relação entre o

SOS Corpo e o centro ou a associação de mulheres, a relação entre cada uma das educadoras e cada uma das educandas.

Aprender e enfrentar o contexto comum e suas especificidades

Esta foi uma orientação estratégica, posto que enfrentar o contexto comum é a forma pela qual as mulheres instituem-se como sujeito. O contexto comum era aquele com contornos delimitados pela Zona da Mata de Pernambuco e as especificidades aquelas referidas ao contexto político de cada município.

Por contexto queremos nos referir ao conjunto das relações sociais, de natureza econômica, política e sócio culturais, no qual estão imersas a experiência, o viver e a ação política dos sujeitos em um determinado espaço-tempo.

A apreensão do contexto da Zona da Mata se fez, ao longo das atividades do programa de formação, sempre em um duplo movimento, ora a partir da análise das situações locais, buscando identificar aspectos comuns entre os municípios; ora a partir de uma análise regional, buscando identificar suas especificidades locais. Este movimento se fez especialmente para atender ao imperativo de fortalecer as mulheres como sujeito a partir do plano local, o que exige para cada organização de mulheres uma estratégia própria para ação no seu município e localidades, ao mesmo tempo que exige o fortalecimento local das organizações mediante sua presença no espaço regional.

Além disto, em todos os momentos do programa de formação buscamos colocar em debate um outro contexto, o contexto das

organizações de mulheres, suas dificuldades para constituírem-se como tal, suas relações internas e externas. Esta orientação responde à nossa premissa de que os limites de ação do próprio sujeito devem ser sempre considerados na sua estratégia de ação, de modo a não inviabilizá-la como sujeito e de modo que a ação possa contribuir para alargar e superar estes limites.

Formar na ação: o agir como parte do processo pedagógico

Compreendemos que a organização das mulheres e sua movimentação forjam a militante ao mesmo tempo em que estruturam o próprio movimento. Esta é a ideia que funda a relação entre formação-ação no programa, permanentemente considerada nas atividades educativas.

Não se tratava de realizar uma formação política para depois agir, mas de formar-se politicamente no processo de organização da própria ação – opção na qual o sujeito, sua ação e sua reflexão sobre o contexto e sobre sua própria ação são parte de um mesmo movimento. Consideramos este o melhor caminho para as mulheres realizarem uma formação politicamente significativa para elas mesmas.

Assim é que, em todas as atividades, da implantação à finalização do programa, combinávamos momentos de formação associados à ação, organizados um em função do outro, variando em complexidade. Uma ação simples era a mobilização das mulheres para participar dos encontros no centro ou associação do município – atividade compreendida e planejada como ação política de organização e fortalecimento do movimento local, que envolve

interlocução, escuta e formalização de compromissos. Outra ação, mais ou menos simples, era a organização de um debate na rádio comunitária, exigente do ponto de vista da capacidade de articulação, diálogo e negociação. Uma ação complexa era a incidência no plano das políticas municipais, exigindo articulação com outros movimentos, interlocução e enfrentamento com poderes locais. Mais complexa ainda foi a ação de mobilização local e regional para realização de uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Estado, uma das ações promovidas no contexto deste programa de formação.

Com todas agindo juntas somos um movimento

As mulheres não se fortalecem sozinhas, isoladamente. Precisam estar juntas, refletindo sobre experiências comuns de opressão, articulando ações de resistência e luta. Esta é a razão pela qual se valoriza o fortalecimento das mulheres como organização e movimento. O movimento é a força política coletiva das mulheres para transformar as mulheres e o contexto de seu viver. Nossa ênfase na construção da possibilidade de um movimento de mulheres da Zona da Mata se fez para promover a construção de um campo político de ação feminista de base comunitária nesta região – única forma que nos parece possível para ampliar o poder da incidência política das organizações de mulheres nos processos locais e regionais.

As estruturas de poder econômico e político na região são fortes demais para serem enfrentadas apenas no âmbito local, por fortes e visíveis que sejam as organizações de mulheres e por mais dinâmicos que sejam seus fóruns de debate e ação. Só um movimento

de mulheres com integrantes de distintos movimentos será capaz de produzir força suficiente para gerar algum impacto a médio e longo prazos sobre a dinâmica das relações de injustiça, exploração e desigualdade instalada na Zona da Mata. Esta é a razão pela qual, embora este programa de formação não tenha colocado como pré-condição para participação a decisão das mulheres em constituírem-se como movimento, nossa metodologia esteve, em todos os momentos, orientada por esta crença e nesta perspectiva.

A estrutura do programa

O planejamento pedagógico deste programa de formação se fez em ciclos anuais. Ao início de cada ano fazíamos o plano, fixando os objetivos pedagógicos, os resultados políticos desejáveis, as problemáticas em torno das quais se faria a construção coletiva de conhecimento e seu método. O plano tomava por base a avaliação de final de ano anterior, que a cada ano se fazia em três fóruns de discussão: o fórum das participantes, o fórum da equipe do projeto e o fórum da equipe do SOS Corpo, este reunido em suas reuniões anuais de planejamento, de monitoramento e de avaliação.

Os ciclos anuais de atividades variaram conforme as avaliações e objetivos fixados a cada ano e evoluíram em três direções: na direção da institucionalização de novas práticas educativas nas organizações de mulheres, na direção da construção de parceiras e alianças entre organizações de mulheres e na direção do desenvolvimento da *práxis* de um possível movimento de mulheres da Zona da Mata. Um movimento não se faz, entretanto, sem organizações, por isto, secundariamente, o plano de atividades anuais incluiu o

apoio à busca de recursos para financiar a infraestrutura das organizações de mulheres participantes do programa e enfrentou, em algumas circunstâncias, problemas político-organizativos internos destas organizações.

A institucionalização da prática educativa evoluiu em crescente complexidade e inovação. Inicialmente, o ciclo de atividades anuais incluiu apenas atividades no âmbito local (jornadas municipais de oficinas e reuniões) e seminários regionais (reunindo mulheres de organizações de diferentes municípios da região). A partir do segundo ano, uma nova ação pedagógica e cultural foi incluída nas jornadas municipais: os debates públicos com a comunidade. No terceiro ano do programa, a estas atividades agregaram-se as atividades auto-gestadas pelas participantes, ou seja, atividades promovidas, construídas e realizadas pelas organizações que participavam do processo, sendo estas apenas apoiadas pelo programa de formação.

Gradativamente foi-se resgatando, compartilhando e renovando as práticas educativas na medida em que, pelas experiências anteriores das participantes e pela produção de novos conhecimentos sobre os temas, instalava-se maior capacidade pedagógica no fazer político das mulheres das organizações participantes do programa. Nos dois últimos anos do programa, a responsabilidade pelas atividades locais do programa já estava sob coordenação das participantes e, em um segundo momento, instalou-se a condução coletiva das atividades regionais.

A ampliação da interlocução e construção de parcerias e alianças se fez entre as mulheres organizadas em um outro processo evolutivo. Inicialmente colocamos maior ênfase na interação

entre as mulheres da direção e mulheres da base social de suas organizações, como também entre a organização de mulheres e as instituições comunitárias. À medida que o programa de formação apresentava seus primeiros resultados, fomos avançando no volume de atividades de articulação entre as direções das organizações de mulheres de distintas localidades da região. Nosso objetivo era fechar o programa avançando na articulação entre as mulheres das organizações autônomas e as mulheres que militam em distintos movimentos sociais na região.

No desenvolvimento da *práxis* do movimento, buscamos a cada ano aprofundar a relação entre os momentos de reflexão e o agir político das organizações. No início, o debate entre as mulheres embasava o debate com a diretoria, e pouco tempo depois subsidiava o debate com a cidade, única ação política de caráter público proposta na fase inicial da formação. Mais adiante, o debate entre as mulheres subsidiou a construção de estratégias para incidência no plano local, com vistas a orientarmos, no final do programa, o esforço comum de desenvolver uma única ação de incidência, então no plano estadual. A partir deste ponto tornou-se possível então avançar na direção da construção de uma pauta de lutas comuns entre as mulheres da área, a ser levada à frente com a diversidade de formas de participação política e organização das mulheres na Zona da Mata.

Ações locais

O ciclo completo de atividades das jornadas municipais incluía as seguintes situações pedagógicas:

- Reunião com a diretoria da organização para reflexão sobre o contexto da organização e definição dos propósitos da formação local;
- Elaboração do programa de atividades locais (as jornadas municipais) e seu orçamento financeiro;
- Repasse de recursos financeiros para gestão pelo grupo de todas as despesas relativas às atividades das jornadas municipais;
- Oficina com as mulheres da base social da organização;
- Oficina ou reunião com a diretoria;
- Mobilização para o debate público e produção de material como faixas, panfletos etc.
- Debate público presencial com a comunidade ou através de rádio;
- Elaboração de um balanço financeiro da atividade e avaliação de seus resultados.

Este conjunto de atividades foi realizado em sua totalidade apenas nos segundo e terceiro anos do programa. No período inicial, momento de implantação do processo, as atividades locais reduziam-se a reuniões e oficinas em alguns municípios e visitas para interlocução inicial com as dirigentes das organizações em outros municípios. No quarto e quinto anos do processo, as atividades locais estiveram a cargo das próprias organizações, e foram vivenciadas como ação de mobilização do debate para ação política (como será descrito mais adiante).

Dada a pobreza na região e a limitação de recursos, ou inexistência de recursos em algumas organizações, decidimos realizar também uma parceria financeira para as atividades locais. Transferimos recursos para a comunidade, mediante custeio das despesas de infra-estrutura para as oficinas e debates, cuja preparação era responsabilidade das mulheres e, quando necessário, de

profissionais da comunidade. Esta transferência de recursos se fez mediante orçamento elaborado pelas organizações. Os recursos deveriam ser suficientes para deslocamento e alimentação das participantes, limpeza e preparação do espaço e ainda despesas com material de divulgação.

Esta gestão compartilhada entre educadoras e lideranças da organização de parte dos recursos do programa implicava a elaboração de solicitação de recursos financeiros para a transferência de recursos, tendo isto como objetivo pedagógico exercitar a direção na gestão de recursos financeiros, prestação de contas, além de permitir o debate sobre os marcos éticos da gestão do grupo e transparência interna.

As oficinas

Este foi o formato de atividades que adotamos para nossa ação no espaço-tempo das relações internas às organizações de mulheres. Optamos por oficinas porque sua dinâmica responde melhor aos nossos objetivos, substituindo a disputa de opinião, própria dos debates, pela atitude reflexiva e de escuta entre as mulheres, uma característica da oficina.

Nos primeiros anos de sua realização, o programa de formação promoveu, a cada ano, pelo menos uma oficina com a diretoria de cada uma das organizações participantes e uma oficina com as mulheres da base social de suas organizações, a “oficina com as sócias”, como foram identificadas estas oficinas.

A ênfase na oficina com as sócias esteve na reflexão sobre a situação das mulheres na localidade, suas condições de vida e

possibilidades de autonomia econômica. Estas oficinas, portanto, estiveram mais orientadas para a reflexão coletiva e tomada de consciência, por cada participante, sobre a realidade social de opressão e exploração vivida pelas mulheres.

Estas oficinas tinham também entre seus objetivos aproximar estas mulheres da organização, oferecendo a oportunidade de encontros municipais com condições de transporte, infra-estrutura e alimentação custeados.

A diretoria cumpria papel político dirigente nestas oficinas: coordenando a abertura e fechamento do dia de trabalho, coordenando os serviços de apoio à infraestrutura, registrando e/ou coordenando a presença das participantes e participando da avaliação final com a equipe do SOS Corpo.

No caso das oficinas com a diretoria, que algumas vezes tomou o formato de reuniões de trabalho, a ênfase estava no aprofundamento dos temas trabalhados na oficina com as sócias e na reflexão sobre a ação da organização frente àquela problemática identificada. Em certo sentido, esta oficina sistematizava o conhecimento produzido na oficina com as sócias e produzia nova reflexão sobre a ação da organização. A direção era então confrontada em sua prática com estas problemáticas. Com esta dinâmica pretendíamos propiciar um espaço de formação da direção na identificação de problemas vividos pelas mulheres e dos problemas e limites vividos na organização. Buscávamos também contribuir para instaurar um processo de renovação de objetivos e metas para fortalecimento da própria organização e de sua ação frente às problemáticas vividas pelas mulheres na localidade. Muitas vezes,

estas oficinas/reuniões redundaram em planejamento estratégico de curto prazo para reorientação da atuação da organização.

Os debates e outras situações educacionais na comunidade

No âmbito das relações comunitárias, três foram as formas de atividades adotadas: o debate público de ideias, a pesquisa de dados (busca por informação) e, posteriormente, a incidência sobre as administrações municipais.

Os debates públicos foram adotados como estratégia para fortalecer a liderança das organizações de mulheres, processo que passa necessariamente pela relação destas organizações com seu entorno e os poderes das outras instituições na comunidade. Referimo-nos aos poderes instituídos da classe de produtores rurais e comerciantes, os poderes religiosos, os poderes da República no plano do Estado local (executivo e legislativo local), o poder da Rádio Comunitária e, muito importante, o poder do “disse me disse”, da boca miúda, do boca a boca, a chamada opinião pública local.

A nosso ver, as organizações de mulheres precisariam ser comentadas, tornarem-se visíveis aos olhos da cidade, passar de boca em boca, serem pauta e pautar a vida política da cidade e de seus poderes. Daí porque a atividade do debate tornou-se parte obrigatória das jornadas municipais de formação.

Os debates eram promovidos pela organização de mulheres local, em um lugar público conhecido e muito divulgado. A preparação exigia a confecção de faixas, o uso de carros de som, a produção de panfletos de divulgação, tudo isto realizado como parte do

programa de formação, conformando novas situações educacionais para as participantes.

As educadoras do programa atuavam como palestrantes convidadas, às quais se juntavam, muitas vezes, convidados/as locais (juízes, promotores/as, vereadores/as, outras lideranças), enquanto as mulheres da direção das organizações coordenavam o debate.

Os temas? Estes eram definidos pela direção de cada organização, considerando a conjuntura local. A única orientação era que o tema tratasse da situação das mulheres, ou de um problema da comunidade e a forma de impacto deste problema na vida das mulheres.

A busca e organização de informações públicas sobre a realidade social dos municípios foi outra situação educacional adotada em dois momentos. Por alguns meses, no primeiro ano do programa de formação, equipes formadas com integrantes da diretoria e do quadro de sócias de cada uma das organizações de mulheres mapearam as organizações e movimentos existentes em seu município e tentaram levantar informações sobre os programas e recursos financeiros nas administrações municipais. Uma tarefa árdua, realizada com muito empenho por todas.

Num segundo momento, integrantes de organizações de mulheres (e mulheres de outros movimentos) foram mobilizadas para aplicar um questionário de avaliação do processo de participação vivido na comunidade. O questionário, elaborado pela equipe do programa, exigiu o treino para sua aplicação, uma nova experiência para todas as participantes. Estes resultados foram debatidos no processo de avaliação da incidência política das mulheres no âmbito local.

Incidência política local

O debate público é tomado por nós como forma de incidência política. Esta atividade foi concebida como uma ação político-cultural das mulheres sobre a cultura política local. Se, do ponto de vista da formação, a atividade implica fala pública por parte da diretoria das organizações, do ponto de vista da incidência exige a construção de discursos politicamente posicionados na diretoria e frente à comunidade, e repercute sobre um maior número de pessoas na comunidade, reverberando na dinâmica local antes, durante e após sua realização. Alguns destes debates chegaram a reunir duzentos participantes, entre mulheres e homens adultos, jovens e adolescentes.

A partir do segundo e terceiro ano do programa de formação, a incidência local se fez de forma direta sobre a municipalidade, pela via da presença das mulheres e suas organizações nos espaços de participação do Promata, programa estruturador da ação do governo do estado de Pernambuco na região Zona da Mata que atinge todos os municípios da região. Os espaços de participação do Promata são os diagnósticos participativos, os fóruns de desenvolvimento para elaboração dos planos municipais de investimentos (PIMs) e as comissões locais de acompanhamento.

Frente ao Promata, a Articulação de Entidades da Zona da Mata, que congrega várias organizações e movimentos na região, decidiu mobilizar suas entidades para uma ação articulada das mulheres com outros setores dos movimentos na região.

O programa de formação do SOS Corpo adotou a participação nos PIMs como desafio. Tomamos os investimentos municipais

como objeto da reflexão e debate sobre o desenvolvimento na região, o diagnóstico da situação das mulheres e da população na área e as proposições de prioridades para os investimentos municipais. A reflexão e a construção das proposições se faziam nos encontros regionais do programa, enquanto a ação local se fez pelas organizações de mulheres e suas direções. Os resultados eram avaliados coletivamente, nos encontros regionais.

Ações regionais

No âmbito do espaço-tempo das relações entre as organizações de mulheres na região da Zona da Mata, a atividade de formação principal foi o encontro, atividade que continha um triplo caráter: integração, intercâmbio e formação política entre mulheres. Os encontros regionais foram muito importantes para ampliar a mobilidade das mulheres na região, sem, entretanto, desprender-se da ação local. A premissa que nos orientava é que alcançar maior mobilidade das mulheres é pré-requisito para elas estarem em movimento,¹³ além de favorecer uma compreensão mais complexa dos contextos da região e, muitas vezes, aproximar as mulheres dirigentes da realidade diversificada que existe a seu redor.

Anualmente realizávamos encontros regionais, alguns dos quais denominados seminários, quando a programação incluía a presença de palestrantes convidados/as. Inicialmente promovemos um encontro por ano, mantendo o foco nas atividades locais. Ao meio do programa, realizávamos cada vez menos atividades locais – que passavam a ser coordenadas pelas próprias organizações – e um

¹³ CAMURÇA, Sílvia; PORTELLA, Ana Paula. *Constelação: sistematização de uma experiência de articulação com projetos de mulheres*. Recife: SOS Corpo, 1996. Mimeo.

número crescente de mais encontros regionais. Finalmente, no último ano, realizávamos apenas atividades regionais, na forma de oficinas ou de encontros.

Encontros foram os espaços pensados para a ampliação de uma perspectiva comum e regional sobre a condição das mulheres e produção de pensamento crítico sobre os problemas do desenvolvimento na região. O objetivo estratégico dos encontros foi promover a ação em rede dos grupos de mulheres da região e qualificar a liderança das mulheres para tal.

Deste espaço podiam participar dirigentes e também mulheres lideranças na localidade que não estavam na organização, ou ainda jovens militantes que são sócias engajadas e que têm potencial de virem a ser dirigentes no futuro.

Cada encontro combinava o trabalho de produção de conhecimento e reflexão em torno aos seguintes aspectos:

- A percepção sobre aspectos do contexto regional comum e suas desigualdades e injustiças sociais;
- O sentido, limites e potencialidades de programas específicos de desenvolvimento que estejam sendo implementados na região por agentes governamentais e não governamentais, tratando um programa por seminário;
- O impacto, potencial ou efetivo, dos projetos de desenvolvimento sobre as mulheres;
- A articulação de ações comuns de enfrentamento e/ou resistência;
- O debate sobre os sentidos e as referências da prática política do feminismo e movimentos de mulheres brasileiros para a ação das mulheres na região.

A metodologia dos encontros foi constituída a partir de algumas premissas que consideramos prioritárias na constituição dos movimentos de mulheres. Todos os encontros procuraram atender a estas premissas, apresentadas a seguir:

- A constituição de movimentos deve estreitar as relações entre as mulheres, para que se conheçam e se descubram; trabalhos de grupos, organizados por localidade, por grupos de localidades e sub-região, contribuem para demarcar semelhanças de problemáticas e promover estreitamento das relações interpessoais e políticas entre mulheres de localidades vizinhas e suas organizações;
- Apropriação de uma questão e do conhecimento produzido coletivamente se faz em sucessivas aproximações, portanto é preciso garantir uma aproximação gradual das mulheres com os temas, ao longo do processo;
- A leitura de textos e sua interpretação são habilidades muito importantes para os processos de liderança, por isso trabalhos de leitura em grupo são um bom exercício para estimular e vivenciar esta prática;
- O debate em plenária, para tomada de decisões ou de posição sobre as questões enfrentadas nos encontros e para fechar acordos sobre seguimento do processo, são situações educacionais relevantes para o exercício da autodeterminação dos movimentos sociais;
- A dupla jornada das mulheres e a escassez de tempo em seu cotidiano para descanso e lazer exigem tempo livre durante os encontros, para descanso e passeios;
- A dimensão cultural e estética deve ser parte do processo de

formação. Uma programação cultural cumpre função pedagógica sempre que permita novas oportunidades de vivenciar distintas expressões de arte, cinema, poesia, pintura; e de entretenimento, jogos e brincadeiras, mesclando aspectos populares e eruditos da produção cultural que ofereçam conteúdos significativos à reflexão da experiência das mulheres.

Durante todo o programa de formação, procuramos estimular as organizações a manterem um mesmo grupo de cinco participantes nos encontros de cada ano. Mas aceitamos modificações no grupo, desde que sua composição não estivesse sendo bem avaliada, quer pela organização, quer pela equipe pedagógica. Buscamos fazer com que pelo menos duas pessoas do grupo de participantes de cada localidade permanecessem por todo o programa de formação. Estes acordos se faziam nas reuniões de diretoria com cada organização participante.

As atividades autogestionadas se iniciaram envolvendo inicialmente três a quatro localidades próximas, passando para atividades sub-regionais (Mata Sul, Norte e Centro) e chegando à Plenária de toda a região. Estas atividades sub-regionais sendo as mais complexas das atividades autogestionadas, por envolverem em participantes do programa de formação e outras mulheres, em um enorme esforço de liderança.

Os encontros autogestionados passaram a ser estimulados a partir do terceiro ano do programa, quando estávamos convencidas de que as organizações já haviam estabelecido uma relação de confiança política e que havia conhecimento e relação política entre as mulheres dirigentes das organizações. Foi preciso esperar o tempo certo de maturação desta possibilidade.

A questão orientadora para construir estas atividades foi: “O que vocês podem fazer juntas para ficarem mais fortes na região?”

As primeiras atividades autogestionadas foram, em geral, reuniões entre as mulheres dos grupos das localidades vizinhas para reprodução do debate vivenciado no encontro regional. O programa apoiava financeiramente as despesas e a equipe colocava em debate estas atividades nos encontros, como forma de avaliação coletiva dos resultados que estavam sendo produzidos.

No âmbito da incidência política, o programa apoiou três processos coletivos regionais. O primeiro deles ocorreu no contexto das eleições municipais de 2004. As organizações de mulheres organizaram debates internos e participaram de grupos de trabalho com outros setores dos movimentos sociais para construir uma plataforma eleitoral da Articulação de Entidades da Zona da Mata. Pela primeira vez, o conjunto do segmento de mulheres dos movimentos na região, de Norte a Sul, inscreveu coletivamente suas proposições em um documento comum dos movimentos e debateram suas propostas no contexto eleitoral com candidatos e candidatas aos legislativos municipais.

Um segundo processo de incidência se fez ao longo do ano de 2005, quando as organizações de mulheres construíram uma pauta de reivindicação sobre o Promata e a política de saúde na região, e trabalharam na mobilização para uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE). O processo estruturou-se em oficinas de análise do problema, reflexão com as mulheres da base social das organizações tratando da injustiça da situação, interlocução com parceiros para construção de aliança e adesão, elaboração coletiva de uma carta política para

ser entregue aos parlamentares e uma oficina de preparação para construção do roteiro das intervenções das mulheres que iriam ser porta-vozes das demais.

Um terceiro processo foi a I Plenária de Mulheres da Zona da Mata, realizada no contexto das campanhas relativas às eleições gerais brasileiras de 2006. A ação pretendeu dar visibilidade à movimentação das mulheres para as próprias mulheres e para a população da região, e elaborar uma declaração apresentando a pauta de lutas das mulheres da Zona da Mata à sociedade política local.

Mediações adotadas na relação educadoras-educandas

Neste campo de relações, optamos por enfrentar algumas questões práticas para o fortalecimento das organizações de mulheres e fortalecer o sentido de autonomia e responsabilidade de cada uma das partes, educandas e educadoras, com o processo de formação. Para tal, a constituição de um acordo de parceria entre cada organização com o SOS Corpo foi o mecanismo principal.

Esta parceria implicava em uma situação educacional em que educadoras e educandas dialogavam e planejavam a ação comum local. Pudemos então vivenciar práticas de planejamento e avaliação de atividades políticas junto com a direção das organizações participantes do programa de formação.

O estabelecimento de responsabilidades atribuída, em geral, funções políticas à direção das organizações: as secretárias registravam a presença e as conclusões, a tesoureira tratava dos custos gerados com as atividades, a presidenta ou coordenadora geral

abria e coordenava os debates públicos. As responsabilidades pedagógicas na abordagem dos conteúdos e na condução dos processos ficavam com a equipe do SOS Corpo.

Os conteúdos da formação e sua abordagem

Os conteúdos da formação podem ser agrupados em quatro grupos: direitos humanos; poder e política; políticas públicas; desenvolvimento e economia (este o mais desafiador para o grupo de participantes).

A questão dos projetos em disputa para o desenvolvimento da Zona da Mata figurou como perspectiva através da qual enfrentamos o tema do desenvolvimento no processo de formação. Procuramos promover uma leitura crítica da realidade social da Zona da Mata, tomando o referencial dos Dhescas.¹⁴ Trabalhamos com o debate sobre a violação dos direitos no contexto das políticas e projetos de desenvolvimento da Zona da Mata, considerando este contexto em sua historicidade.

Na análise desta realidade, recortávamos, nas avaliações, as desigualdades de situações vividas entre as pessoas, levando em conta as diferenças de sexo, como também as desigualdades de situações vividas pelas mulheres, levando em conta as diferenças de classe e o racismo. Na análise do desenvolvimento, confrontamos as perspectivas do projeto das forças hegemônicas e as propostas e expectativas das forças contra-hegemônicas, os movimentos. Em alguns momentos focamos especificamente projetos de desenvolvimento em implementação.

¹⁴ Dhescas – Direitos Humanos, Econômicos Sociais, Culturais e Ambientais.

A abordagem dos conteúdos relativos a desenvolvimento e políticas públicas exigiu o trabalho sobre um conjunto de tópicos ao longo do processo de formação, tomados e retomados em diferentes situações: economia, capitalismo, economia solidária, políticas de ajuste, doutrina do livre comércio, liberalismo, direitos humanos, direitos sociais, direitos econômicos, direitos civis e políticos, direitos ambientais e culturais, direitos das mulheres, racismo, relações de gênero, igualdade, justiça social, diferença, desigualdade.

O tema do poder e da política foi abordado a partir do lugar das mulheres no sistema de poder patriarcal e a relevância do movimento de mulheres como sujeito da transformação deste sistema, enquanto o tema das políticas públicas teve por ênfase a questão dos investimentos financeiros e da participação da população na incidência política e o controle social sobre os governos locais. Os principais tópicos trabalhados, relativos aos temas do poder e da política, foram democracia, dominação patriarcal, resistência, luta individual e ação coletiva das mulheres, participação, movimentos sociais, pautas de lutas dos movimentos de mulheres, direitos e políticas públicas, finanças públicas, participação das mulheres no controle social, incidência política das mulheres, feminismo, transformação.

Cada tópico foi abordado com diferentes recursos pedagógicos, às vezes com mais de um: palestras de convidados/as, leituras de textos elaborados pela equipe, análise de dados demográfico-sociais, análise do discurso de sujeitos sociais em disputa (usineiros, trabalhadores sindicalizados, pesquisadoras), histórias de vida (das mulheres).

Para as palestras, adotamos o recurso de produzir coletivamente as questões que seriam colocadas pelas participantes, reunidas em oficina imediatamente antes da palestra. Para as conclusões sobre as palestras, adotamos o trabalho em grupos sobre questões geradoras, trabalho realizado depois de encerrado o momento de debate, sem a presença do/a palestrante, em uma oportunidade de sistematização e elaboração das dúvidas que eram trabalhadas em plenária entre educadoras e educandas.

Para a análise do discurso, adotamos a construção de pequenos textos a partir de recortes de textos maiores retirados de jornais ou informes de seminários organizados pela FASE.¹⁵ Estes seminários, sobre questões do desenvolvimento na Zona da Mata, muitas vezes reuniam diferentes segmentos sociais, o que nos permitia identificar com certa facilidade a linha de argumentação de cada segmento.

Textos de apoio, elaborados pela equipe, foram algumas vezes adotados para apresentar conceitos-chaves à compreensão dos assuntos que iam ser tratados nos encontros e nas oficinas. Dados estatísticos foram reunidos, em algumas situações, para apoiar a percepção das desigualdades.

Histórias de vida de mulheres da região ofereceram a fonte para apoiar a percepção da dimensão de opressão, exploração, resistência e luta individual das mulheres. Do mesmo modo, linhas do tempo dos movimentos de mulheres, na região e no país, apoiavam a percepção do movimento como construção e espaço de aglutinação das mulheres nas suas lutas coletivas e conquistadas.

¹⁵ FASE – Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional. ONG, com sede em Recife-PE.

Resultados e lacunas

Do ponto de vista pedagógico, uma primeira possibilidade de avaliar os resultados alcançados é considerar a contribuição de cada um dos tipos de situações educacionais vivenciadas no processo. Nesta perspectiva, nossa avaliação é que as atividades desenvolvidas no espaço local, espaço de ação de cada organização, foram pensadas para contribuir na formação individual e coletiva das militantes das respectivas organizações, alcançando as dirigentes, as integrantes da base social das organizações e a comunidade em seu raio de influência. Tais atividades colocam estes setores em interação entre si e dão oportunidade para que se confrontem com os problemas locais vivenciados pelas mulheres.

Também foi possível, com estas atividades, dar visibilidade à organização das mulheres na comunidade; aumentar a consciência social, entre as mulheres e na comunidade, dos problemas vividos pelas mulheres; exercitar habilidades das dirigentes na atuação pública em defesa das mulheres e contribuir para o aprimoramento da formação das mulheres na reflexão sobre temáticas específicas (violência, moradia, saúde pública, situação de trabalho entre outras).

As atividades de formação e incidência política realizadas localmente exigiram, no programa, duas visitas preparatórias da equipe a cada localidade por ano: uma primeira para reunião com diretoria; uma segunda, de dois ou três dias, para as jornadas municipais. Esta permanência de três dias nas comunidades foi muito importante para os resultados do programa de formação, pois possibilitaram uma base de informação sobre o contexto e o

cotidiano local, fundamental para a seleção dos temas, conteúdos e formas de abordagem dos problemas e para compreendermos os limites e o potencial para ação da organização das mulheres nos contextos locais.

No âmbito das relações internas de cada uma das organizações, como já indicado, duas foram as situações educacionais privilegiadas: um espaço de reuniões com a diretoria e um espaço de encontro com as sócias. Com esta escolha, o programa pôde, de um lado, contribuir para fortalecer os laços de pertencimento e adensar as relações na base social destas organizações e, de outro, possibilitou tomar a diversidade de experiências das mulheres, tanto na sede quanto no interior dos municípios, como fonte de saber e ponto de partida para a reflexão coletiva. Foi possível promover a reflexão sobre a prática de atuação da organização e sobre as prioridades e as práticas das mulheres da direção em relação à percepção dos problemas apontados pelas mulheres da base social das organizações.

A gestão compartilhada do processo e os acordos de parceria com as organizações foram também bastante significativos. Para as organizações com experiência na gestão de recursos financeiros, esta situação permitiu rever procedimentos e métodos de orçamento e prestação de contas; para as que não tinham esta experiência, foi uma primeira oportunidade de aprendizagem no campo da contabilidade e da relação de contratante de serviços. Todas as organizações apresentavam prestações de contas ao final das atividades em seu município, como parte da atividade com a diretoria.

Esta gestão compartilhada do projeto foi estratégia também

para transferir recursos financeiros para as pequenas organizações: o programa remunera as despesas da organização com a infraestrutura necessária para abrigar as oficinas, como por exemplo, móveis, equipamentos, material de papelaria, que ficam na organização.

As oficinas com as sócias tornaram-se o espaço de colocar em debate as perspectivas sobre a situação das mulheres na localidade, revelar à diretoria a perspectiva das sócias e demonstrar à diretoria formas de organizar e coordenar atividades com as sócias, explorando possibilidades para lidar com as diferenças de compreensão, posição e conflitos.

As oficinas com as dirigentes ofereceram a possibilidade de trabalhar as implicações e os desafios para a organização colocados a partir da oficina com as sócias, criando um espaço próprio para a diretoria poder refletir sobre o sentido da ação estratégica da associação ou centro que dirige. Este foi um exercício relevante para fortalecer a tomada de consciência sobre a responsabilidade política da dirigente em uma organização.

As oficinas, com as sócias e com as dirigentes das organizações, revelaram-se como espaço importante para a democratização da fala e promoção da horizontalidade nas relações entre as mulheres, permitindo a emergência de um sentido de *nós*: nós, todas as sócias; nós, toda a diretoria, presidente, secretárias etc.; nós, todas as mulheres de uma determinada associação.

Os debates públicos nas comunidades revelaram-se uma situação educacional das mais relevantes no programa. Estas atividades propiciaram o exercício político das mulheres na relação pública

com autoridades locais, fundamental para confrontar as relações de compadrio e clientelismo, própria da cultura política na região da Mata. Permitiram também o exercício no manejo de coordenação de eventos, condução de debates, uso de microfones etc., ao mesmo tempo em que levavam à comunidade local questões para o debate de sua realidade, dando visibilidade à presença de uma organização de mulheres na cidade e a um problema das mulheres na sociedade local.

A pesquisa de informação, embora com resultados insatisfatórios, ofereceram conteúdos que foram tomados como objeto de aprendizagem e reflexão. No tocante às prefeituras, a experiência apontou para as dificuldades de interlocução com a administração municipal, para a insuficiência de saber sobre controles e informações sobre programas por parte do funcionalismo público, para a precariedade de controle social sobre os programas e recursos, e para a baixa transparência das administrações municipais. Esta pesquisa revelou-se, portanto, uma aprendizagem fundamental na elaboração da crítica à gestão municipal.

No tocante às organizações, o esforço de levantamento demonstrou o alto número de organizações sociais “fantasmas” ou privadas de políticos locais, o que é um resultado relevante para identificação do campo de organizações aliadas nos municípios (os sindicatos, os assentamentos, as pastorais e uma ou outra associação de moradores).

Os encontros foram muito importantes para agregar conteúdos novos ao conjunto de questões levantadas no plano local e permitir a aproximação das participantes, do que resultaram as atividades

auto-gestionadas. Estas por sua vez avançaram no tempo. Novas e mais iniciativas surgiram, sobre as quais a equipe de educadoras não estava informada e sequer foram consultadas, rapidamente estabelecendo, pela primeira vez, uma dinâmica própria de relação entre as organizações de mulheres, que já não passava pelas atividades do programa de formação.

O processo de organização da ação de incidência política sobre a ALEPE redundou em várias oficinas de mobilização, dois seminários regionais reunindo cerca de duzentas mulheres cada um, e uma presença qualificada de duzentas mulheres da Zona da Mata na Audiência Pública no Recife, capital do estado. Um número bastante significativo de entrevistas em rádios e jornais foi realizado, dando visibilidade a esta ação das mulheres.

Quanto à I Plenária de Mulheres da Zona da Mata, seu maior resultado foi sua própria realização, reunindo cerca de oitocentas mulheres, de organizações autônomas de mulheres e de movimentos sociais rurais e de luta pela terra que atuam na região. Esta plenária implicou, durante sua preparação, na realização de oficinas preparatórias para a mobilização, realizadas sob a forma de oficinas locais, e em reuniões de articulação entre as mulheres de diferentes movimentos sociais, que atuaram em aliança. A declaração final do evento é o produto mais significativo do processo, que aponta a direção para a continuidade do movimento.

Por fim, na relação educadoras-educandas, vale destacar o acordo de parceria, que dava a base de avaliação dos resultados, permitindo um grau de precisão e objetividade da avaliação que colocava as relações interpessoais num patamar político.

Uma segunda forma de pensar os resultados é considerá-los na perspectiva dos sujeitos: as mulheres, suas organizações e o movimento.

Para as mulheres, pensadas aqui individualmente, vale o registro das avaliações delas mesmas sobre o avanço alcançado na sua formação, o incremento da capacidade de refletir sobre questões de cidadania, política e direitos humanos nos contextos particulares de desenvolvimento de seus municípios. A ação das mulheres, suas presenças e suas ideias na Articulação das Entidades na Zona da Mata - AEZM é outro aspecto de destaque. A presença das mulheres cresceu com este processo e a ação qualificada das mulheres fortaleceu a própria articulação, sendo, portanto, um reforço nas lutas dos movimentos da região.

Na perspectiva dos centros e associações de mulheres participantes da formação, e considerando as avaliações realizadas pelas direções, o processo de formação contribuiu em vários sentidos: reanimar o grupo e sua diretoria para a luta; fixar novos objetivos para as associações e centros; sensibilizar e atrair novas sócias; ampliar o leque de temas e problemas trabalhados; mobilizar as mulheres para a participação política; construir uma visão compartilhada sobre programas governamentais em execução nos municípios; ampliar a atuação na Articulação das Entidades da Zona da Mata dos grupos de mulheres; melhorar a infraestrutura (móveis, equipamentos etc.) dos grupos através de vários financiamentos; estreitar a aproximação e identidade com o movimento de mulheres e o feminismo.

Considerando-se, por fim, o movimento de mulheres, podemos afirmar que o processo constituiu a base do movimento

de mulheres da região, hoje avançando em sua consolidação como tal.

Os conteúdos trabalhados recolocaram em novas bases o tema das lutas contra violações dos Direitos Humanos e o das lutas pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que as mulheres, na prática, não têm na Zona da Mata, estimulando a participação das mulheres no debate de políticas de desenvolvimento, como também promovendo a reflexão e a análise de classe e de gênero no desenvolvimento regional.

As mulheres aprimoraram a capacidade de análise crítica e compreensão dos problemas macroeconômicos que afetam a região. Com isso, as principais lideranças da região têm hoje uma melhor e maior capacidade de análise e articulação de discursos críticos propositivos.

As participantes do processo sublinham ainda o grande crescimento da capacidade de mobilização e liderança das organizações de mulheres frente a sua própria comunidade e junto a outros movimentos sociais.

E, reafirmamos, o processo contribuiu significativamente para estimular a participação política das mulheres em diálogos e articulações com os movimentos sindicais rurais e urbanos presentes na região da Zona da Mata.

Há lacunas, entretanto, que precisam ser sublinhadas. A principal delas é o tratamento superficial dado durante o processo à análise dos grandes projetos de desenvolvimento na região. Estudos críticos sobre estes programas deveriam ter sido sistematizados e seus conteúdos tratados como objeto de reflexão e debate.

Ao contrário, o tema dos projetos foi tratado apenas em termos muito gerais, não permitindo mais que um discurso genérico e, além disso, crítico tão somente às suas orientações gerais.

Outra lacuna, talvez insuficiência, foi terem se realizado oficinas de reflexão da experiência pessoal das mulheres apenas no primeiro ano do programa de formação. A qualificação de educadoras feministas nas organizações locais não foi objeto do programa de formação, inviabilizando, assim, o enraizamento desta prática.

Quanto aos produtos vale aqui destacar alguns. A revista *Vira Cabeça* foi o primeiro deles. Nela são apresentados os doze primeiros grupos de mulheres participantes do programa, organizados principalmente em torno das lutas pela melhoria dos serviços públicos como saúde, educação e pela cidadania das mulheres. É produto de uma estratégia de valorização destas organizações nas comunidades locais e como instrumento de divulgação sobre estes grupos junto a seus parceiros e aliados potenciais. A revista demonstra como essas organizações têm liderado processos de mobilização em defesa dos direitos nos municípios, articulando suas agendas com outros sujeitos políticos, fóruns, redes e articulações, tais como o Fórum de Mulheres de Pernambuco, Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Articulação de Entidades da Zona da Mata, provocando uma nova dinâmica na vida das/os moradoras/es de cada cidade.

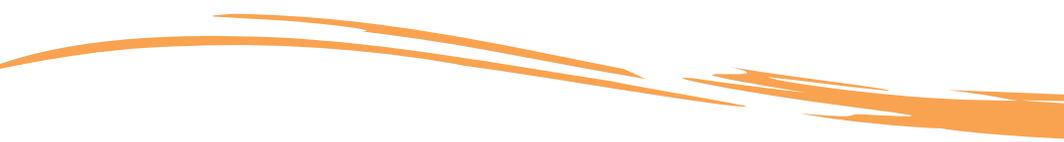
Os números especiais do *Boletim Toque da Mata* são outro produto importante. O *Toque da Mata* é uma publicação, um instrumento de comunicação, da Articulação das Entidades da

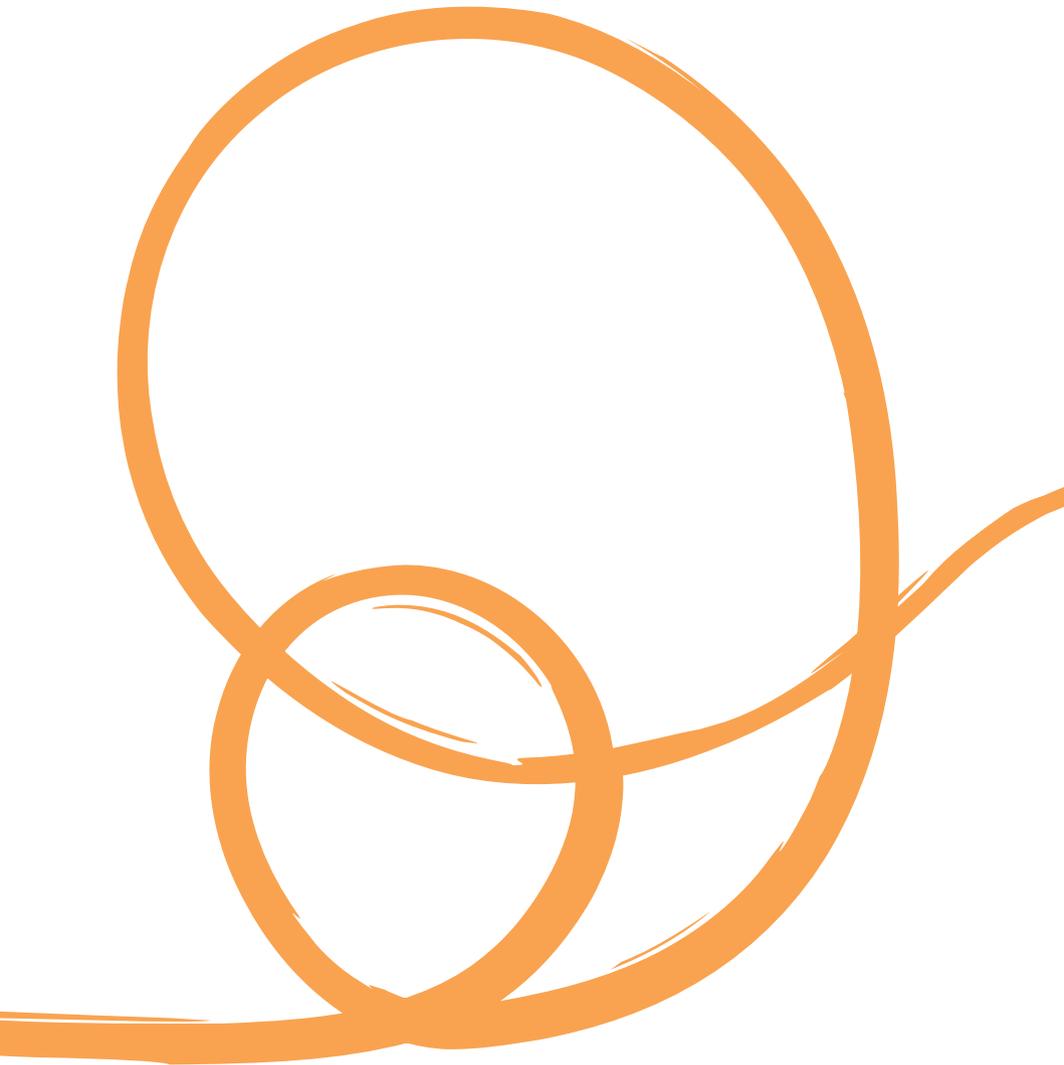
Zona da Mata de Pernambuco, a qual se constitui como fórum de entidades da sociedade civil articuladas para mobilizar, difundir informações, promover debates e monitorar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da região. Em média, são três edições por ano, com o objetivo de divulgar e dar visibilidade às ações realizadas pelas entidades e pelo fórum. Sua distribuição se dá prioritariamente por meio das organizações que o compõem. A tiragem é de 10.000 exemplares em cada edição. Os números especiais trataram da Audiência Pública das Mulheres da Mata na ALEPE e da I Plenária de Mulheres da Zona da Mata.

Por fim, ressaltamos os dois mais importantes produtos: a *Carta das Mulheres da Zona da Mata de Pernambuco à Assembléia Legislativa do Estado* e a *Declaração Final da I Plenária de Mulheres*. Estes dois produtos são resultantes, cada um, de pelo menos seis meses de trabalho coletivo na sua elaboração, trabalho desenvolvido em oficinas, encontros e plenária.

A carta à Assembléia Legislativa apresenta a avaliação das mulheres sobre o Promata e demanda uma Comissão Especial de Acompanhamento do programa para avaliar o que já foi realizado e monitorar o que está por ser gasto, tostão por tostão. Foi entregue aos parlamentares de Pernambuco, em audiência pública na Assembléia Legislativa, numa iniciativa apoiada por vários movimentos sociais. Já a Declaração Final da I Plenária apresenta a avaliação das mulheres sobre a região em que vivem, a Zona da Mata, e indica a pauta de lutas com as quais estas mulheres estão comprometidas para transformar suas vidas e seu contexto.

Mais que produtos e resultados, ressalto que o processo foi sem dúvida muito significativo na formação política de cada uma das participantes, educandas e educadoras, e por isto pode produzir ainda muitas avaliações e sistematizações, sendo esta apenas uma delas.





***Desafios do fortalecimento
de organizações de mulheres
que atuam nas regiões Norte,
Nordeste, Centro-Oeste
[2007 - 2009]***

Carmen Silva



A ação educativa tem sido um caminho trilhado pelo movimento feminista tendo em vista o seu fortalecimento como sujeito político, mas também como forma de contribuição com os grupos e movimentos de mulheres em geral. Seguindo o desafio colocado por Guacira César de Oliveira,¹ durante os *Diálogos Feministas* no Fórum Social Mundial, buscamos educar para transformação do mundo enquanto transformamos a nós mesmas e ao nosso movimento. A perspectiva de transformação exige uma *práxis* educativa radicalmente democrática e capaz de articular dialeticamente a reflexão sobre as condições materiais e simbólicas da dominação das mulheres, ao mesmo tempo que exige aprofundarmos o debate político sobre o fortalecimento do movimento feminista.

Na abertura do encontro nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras, em dezembro de 2006, em Goiânia, Betânia Ávila instigou-nos a seguir buscando a radicalização do feminismo. Para ela, “a radicalização do feminismo diz respeito a sua própria forma de organização e a sua ação no mundo.”² Como um dos percursos para enfrentar este desafio, realizamos no SOS Corpo, entre 2007 e 2009, um processo educativo envolvendo organizações e movimentos de mulheres, com a intenção de contribuir para este fortalecimento em uma perspectiva feminista. Mas o que vem a ser mesmo um movimento feminista forte? Ou uma organização de mulheres fortalecida? Esta pergunta percorreu todo o processo desenvolvido.

1 OLIVEIRA, Guacira César. Radicalizar a democracia na perspectiva da transformação social. *Articulando Eletronicamente*, n. 138. Recife: AMB, out./2005.

2 Cf. pronunciamento disponível em: <www.articulacaodemulheres.org.br>. Acesso em: 01.10.2009.

Nas organizações da sociedade civil brasileira é comum vermos assessorias a processos de fortalecimento e/ou desenvolvimento institucional. Muitas destas assessorias se voltam para gestão administrativa e financeira, outras para formulação de projeto institucional e outras, ainda, para aspectos de natureza interna das organizações, como mudanças na metodologia, na política de captação de recursos, na institucionalização da dimensão de gênero etc. No caso em foco, a situação é outra. Estamos lidando com grupos populares, pequenas ONGs e/ou articulações regionais como partes de um movimento social amplo e diversificado que é o movimento de mulheres, algumas delas identificadas com o feminismo, outras não. Isso nos desafiou a ampliarmos o sentido deste trabalho educativo.

O processo de fortalecimento

O processo foi dividido em duas etapas, e em cada uma delas lidamos com 28 organizações de três regiões do país, as quais participaram de um curso a partir do qual foi desenvolvida uma proposta de trabalho visando o próprio fortalecimento. Para tanto, cada organização teve acesso a um pequeno apoio financeiro. Entre estas organizações, seis foram selecionadas no início do processo para receberem um maior aporte de recursos e serem assessoradas durante um ano, mas com a assessoria restrita a quatro encontros presenciais voltados para o desenvolvimento de ações de fortalecimento, que poderiam ser no campo da formação feminista, do planejamento e avaliação do trabalho, da gestão etc. O primeiro grupo do processo contou também com um curso

específico sobre gestão administrativa e financeira. Ao todo trabalhamos com cinquenta e seis organizações, doravante também chamadas entidades.

As entidades participantes se inscreveram para participar do processo e foram selecionadas. Isso nos permitiu ter um mapeamento inicial, com elementos básicos, da situação das organizações populares de mulheres nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Posteriormente, este banco de dados foi ampliado com informações sobre grupos da Região Metropolitana do Recife. Dada a diversidade de fontes e a forma de obtenção das informações, este banco não congrega uma amostra qualificada, todavia, a partir dos dados existentes, podemos ter uma leitura, com um certo rigor, de quem são, como funcionam e o que fazem as organizações e movimentos populares de mulheres no Brasil.

É importante uma leitura sobre os grupos populares de mulheres e suas diversas formas de organização e atuação, porque, como já anotamos em outro estudo, “no Movimento de Mulheres participam diversos tipos de organizações: ONGs feministas; grupos de pequeno e médio porte, com vínculos de atuação local, regional ou internacional; setoriais de mulheres em organizações e movimentos mistos; núcleos de estudos nas universidades, entre outras. Há também mulheres que trabalham em ONGs mistas (formadas por homens e mulheres) que fazem trabalhos populares voltados para questão de gênero e/ou para organização do movimento de mulheres, e grupos feministas que atuam no interior dos partidos de esquerda e nos governos populares. Muitas destas organizações, de diferentes tipos, atuam publicamente de forma articulada em

redes e fóruns do movimento de mulheres, e dentro deste, algumas se identificam como fazendo parte do Movimento Feminista.³

Tanto durante os cursos como nas atividades de assessoria realizadas preocupou-nos a ideia da radicalização do feminismo frente à realidade de grupos de mulheres, nos quais nem todas as integrantes identificam-se politicamente como feministas e aquelas que o fazem muitas vezes têm dificuldades de fundamentar esta definição. O debate sobre o sentido do feminismo em nossas vidas e os temas e lutas coletivas do movimento esteve presente em cada momento.

O curso, realizado em dois módulos, teve como eixo temático principal a elaboração coletiva sobre o que seria ‘fortalecimento de organizações e movimentos de mulheres’. Para isso, partimos de um intercâmbio entre as diferentes entidades presentes sobre o modo de organização e atuação, percebendo elementos comuns e algumas diferenças relevantes. Aprofundamos o debate a partir de um breve resgate da história do feminismo no Brasil e da sua relação com outros movimentos sociais, em especial no contexto da luta pela democratização nos tempos finais da ditadura militar. Estudamos, nesta trajetória recente dos movimentos sociais, elementos de crítica à cultura política tradicional e até mesmo ao modo de pensar e agir politicamente no âmbito da sociedade civil que foi se construindo nestes movimentos. Com este olhar nos voltamos para as experiências das organizações participantes do processo e refletimos sobre a vida interna e as ações públicas de incidência política que elas realizam.

³ SILVA, Carmen. *Vida Interna das Organizações e Movimentos de Mulheres*. SOS Corpo: Recife, 2009. subsídio para o curso, não publicado.

Este roteiro nos possibilitou, ao término do primeiro módulo, elaborar coletivamente o tipo de ‘fortalecimento do movimento de mulheres’ que interessava àquele grupo. As participantes aderiram ao processo com firmeza e, a partir da orientação dada no momento inicial, elaboraram em suas organizações as propostas de trabalho visando o seu próprio fortalecimento.

No segundo módulo foi possível discutir estes planos tomados em conjunto e refletir sobre a diferença entre trabalho social e luta social, entendendo ambos como componentes do que costumamos chamar Movimento de Mulheres. Na sequência, este debate foi encorpado com a análise sobre a ação política do movimento feminista frente ao Estado e à sociedade, com ênfase nas pautas em vigor na atual conjuntura. Aprofundamos um pouco mais o debate sobre feminismo a partir da sua compreensão tanto como pensamento crítico quanto como prática política, buscando na teoria feminista a explicação para a situação de opressão e exploração das mulheres. Ao mesmo tempo, buscamos na teoria e na experiência histórica do movimento feminista os princípios e valores que poderiam dar luz à vida interna das organizações e qualificar a sua ação no mundo no sentido da transformação social. A partir daí elaboramos com o grupo referências para atuação das organizações seja no que diz respeito à vida interna, seja quanto à atuação pública. Elementos referentes ao modo de organização e funcionamento, metodologia de trabalho, memória, formas de expressão pública, atuação em articulações, elaboração crítica e propositiva etc., estiveram presentes neste debate.

As organizações participantes do curso tinham em comum o fato de serem organizações compostas por mulheres, atuando em torno da causa dos direitos das mulheres, e vivendo sob a égide de dificuldades estruturais e financeiras. Muitas delas participam de fóruns do movimento de mulheres, de lésbicas, de negras e/ou em redes temáticas específicas no movimento feminista e algumas junto a outros movimentos sociais. Algumas são pequenos grupos com atuação bastante localizada e parceria com organizações feministas nos seus estados. Em um exercício rápido de classificação, podemos registrar que este processo reuniu quatorze entidades de mulheres negras, cinco de jovens, duas de lésbicas, oito que priorizam trabalho produtivo, nove de municípios pequenos, sete com atuação em regiões ou bairros de capitais, nove sediadas em áreas rurais, duas de natureza sindical, seis que se nomearam como ONGs, quatro que se identificaram como Movimentos, entre outras classificações possíveis.

No processo de seleção, estabelecemos uma certa prioridade para organizações de mulheres negras, de forma que elas foram uma presença marcante nos encontros. Participaram várias organizações de comunidades rurais quilombolas, algumas assessoradas pela Malunga, organização de mulheres negras de Goiás também integrada ao processo, e outras do Norte do país. Estiveram presentes ainda algumas entidades urbanas com vasta experiência, como o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, do Maranhão, com mais de vinte anos de atuação.

Apesar de não termos como foco prioritário organizações juvenis e tampouco as atuantes no movimento lésbico feminista, ao

conhecemos a ação de vários grupos, através da inscrição, alguns foram selecionados e tiveram atuação significativa no processo, pontuando elementos no debate a partir da perspectiva das suas organizações (de jovens e de lésbicas), às vezes coincidindo estas duas identificações políticas, como é o caso da Lamce-Liberdade do Amor entre Mulheres no Ceará.

A força da troca de experiências

No intercâmbio das experiências, lidamos com a diversidade de formas de organização e atuação no Movimento de Mulheres. As formas de atuação são bastante distintas e podemos citar algumas a título de demonstração destas diferenças. Grafiteiras-BR é uma rede nacional de mulheres atuantes no movimento *hip hop* a partir do grafite, que se articulam por meio eletrônico para ampliar sua ação no interior do movimento e colocar as questões das mulheres na sua expressão artística. O grupo Quilombo de Artes Tapuia, do Amapá, trabalha com produção e comercialização de artesanato e com ações voltadas para a autoestima de mulheres e jovens quilombolas na fronteira com a Guiana, que é receptora de seus produtos. Cidadania Feminina é uma organização do Recife, com sede no bairro Córrego do Euclides, mas com disseminação para um território mais amplo, que entre suas ações realiza o Apitaco, uma forma de mobilização contra a violência, que ganhou este nome por ser marcada pelo barulho de apitos. O Coletivo de Jovens Feministas do Ceará destaca-se pela sua preocupação com a formação feminista sistemática de suas integrantes. Como se pode observar por estes exemplos, as entidades atuam em torno

de questões bem distintas e dão ênfases a aspectos diferentes da situação de vida das mulheres.

Merece destaque um tipo de organização que nos pareceu inovadora: movimentos de mulheres de caráter regional, compostos por vários grupos locais, e com uma pauta política aberta o suficiente para abarcar diversas questões relativas à situação das mulheres. Dois exemplos são bastante significativos deste tipo de experiência: o Movimento Ibiapabano de Mulheres - MIM, que atinge nove municípios na serra da Ibiapaba, no Ceará; e o Movimento de Mulheres da Zona da Mata, que congrega duas articulações na Zona da Mata de Pernambuco: a Rede de Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres da Zona da Mata Norte e Centro, que reúne grupos e associações de mulheres de quinze municípios, e a Articulação de Mulheres da Mata Sul, que congrega grupos de dez municípios. Ambas atuam em várias frentes de luta feminista. Ainda neste campo poderíamos registrar a Articulação de Mulheres do Grande Bom Jardim, no Ceará, o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, e o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense, no Pará. Sobre estas ainda sendo necessário um maior conhecimento de suas pautas. A realidade observada neste processo pode tornar-se uma questão de investigação importante para o campo de estudos sobre movimentos sociais.

Várias ações dos movimentos participantes mereceriam ser sistematizadas para ampliar nossa reflexão. Infelizmente, o processo não gerou esta possibilidade e, portanto, registramos algumas para nos dar conta da dimensão dos processos locais de luta e resistência coletiva das mulheres.

O MIM desenvolve na cidade de Viçosa do Ceará uma forma de comunicação bastante dinâmica com mulheres que não participam do movimento. Além do programa na rádio local, as feministas do MIM montam uma banca com som nas portas de agências bancárias, por ocasião da formação de filas das mulheres que recebem recursos do programa Bolsa-Família e, desta forma, denunciam e estimulam denúncias sobre situações de violência, distribuem folhetos com informações etc. Este tipo de mobilização faz parte da luta desenvolvida em torno da implantação de uma Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres na região da Ibiapaba, onde já realizaram diversas mobilizações, por exemplo, ‘abaixo-assinados’, passeatas, incidência na Conferência de Política para Mulheres etc.

O Movimento de Mulheres da Zona da Mata pernambucana enfrenta vários desafios ligados ao modelo de desenvolvimento em curso na região, centrado na cana-de-açúcar. Entre as formas de organização e atuação deste movimento, está a Plenária de Mulheres da Mata. Esta plenária, realizada em 2006 com oitocentas mulheres e em 2008 com mil, é um processo precedido de ‘rodas de conversa’ em cada localidade, ou seja, reuniões de mulheres que discutem e elaboram propostas para mudar as condições de vida na região da Mata Atlântica em Pernambuco. Em 2008, foram realizadas cem rodas de conversa antecedendo a Plenária que deliberou pela Carta das Mulheres da Zona da Mata. Este movimento já favoreceu a incidência das associações e grupos de mulheres da Zona da Mata nos Planos de Investimento Municipais, como parte do trabalho de monitoramento político, feito por elas, sobre o projeto de desenvolvimento em curso na região – o Promata.

O MMNEPA - Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense articula diversos grupos de mulheres envolvidas na agroecologia e na produção artesanal, trabalha incentivando a produção e comercialização dos produtos, mas também com processos de formação para fortalecimento dos grupos e associações locais participantes do movimento. O MMNEPA é um movimento com atuação no Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense e, em um dos processos de formação, compartilhou a experiência de organização da presença do movimento de mulheres na construção do Fórum Social Pan-Amazônico e do Fórum Social Mundial.

As três organizações de mulheres negras do Maranhão participantes do processo – Centro Akoni Mulher, Grupo Mãe Andresa e Grupo Maria Firmina – estão construindo juntas a rearticulação do movimento de mulheres negras no estado. Elas realizaram dois processos de formação concomitantes com o intuito de recolocar na cena pública a presença das mulheres negras organizadas, um deles com jovens negras que já haviam participado de projetos destas organizações, o outro com mulheres militantes do movimento feminista e do movimento negro, no sentido de construir referências comuns para atuação política.

Feminismo e movimento de mulheres

Tomando como referência estes exemplos, assumimos a pergunta de Betânia Ávila: “Qual é a capacidade do movimento feminista de reconhecer todas as expressões de lutas cotidianas de milhares de mulheres que produzem mudanças nas comunidades onde vivem, nas instituições onde trabalham, que se definem como feministas

(ou não), e que forjam um amplo movimento de mulheres? Como o feminismo se relaciona com essa movimentação de mulheres?”⁴

Este desafio colocado para o feminismo nos faz refletir sobre que elementos teóricos, políticos e metodológicos considerar ao pensarmos em processos de fortalecimento de organizações e movimentos de mulheres. Precisamos de uma teoria capaz de explicar, em contextos diferenciados, a ação coletiva levada a efeito por sujeitos que se articulam tomando como referência identificações distintas e organizando-se de diversas formas. Uma teoria que também explique a relação entre as condições de vida e a resistência presente nas pequenas revoltas cotidianas como elemento do processo de organização política das mulheres e da construção individual como sujeitos de suas próprias vidas. A teoria feminista, articulada criticamente à sociologia dos movimentos sociais, pode nos dar chaves de compreensão tanto dos processos organizativos como das lutas desencadeadas pelos movimentos de mulheres, além do processo de resistência necessário à construção individual como sujeito.

Politicamente temos que considerar, para efeito de análise e de elaboração de estratégias, os desafios da auto-organização de mulheres levando em conta a diversidade, porém mais especialmente as desigualdades entre nós mesmas, a situação de pobreza extrema, os contextos específicos, os novos cenários familiares, o peso do machismo e do racismo nas organizações sociais etc. O desafio feminista é continuar sendo uma força impulsionadora do

⁴ ÁVILA, Betânia. Radicalização do feminismo, radicalização da democracia. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano 1, n. 0. Recife: SOS Corpo. dez./2007.

movimento de mulheres, buscando apoiar a sua construção como movimento autônomo, com condições políticas de autodeterminação e também com condições estruturais de seguir se consolidando.

As exigências de ordem metodológica são muitas. Por um lado precisamos refletir sobre a capacidade crítica e propositiva que temos sido capazes de gerar e que modos de atuação temos sido capazes de construir. A questão é até que ponto o feminismo tem tido capacidade de influenciar o conjunto do movimento de mulheres para que sua forma de articulação política, de manifestação de rua, de negociação, bem como suas propostas, sejam críticas e consistentes no sentido de possibilitar mudanças na situação de vida das mulheres e, ao mesmo tempo, impulsionadoras de uma nova cultura política.

Por outro lado, precisamos elaborar reflexões e instrumentos pedagógicos capazes de impulsionar o fortalecimento e a inovação no movimento de mulheres. Construir instrumentos que possam favorecer a formação de grupos, a articulação entre eles, a reflexão sobre as experiências individuais das mulheres, a análise sobre a relação entre a situação das mulheres e a forma como o mundo está organizado hoje, o planejamento da ação coletiva pela conquista de direitos, a expressão criativa e não massificada do movimento, o diálogo com a sociedade, as formas de pressão política, a negociação com os governos, etc.

O lugar da assessoria no processo de formação

No processo que desenvolvemos ao longo de três anos, um aspecto significativo era a assessoria a ser desenvolvida com seis

grupos participantes, com duração de um ano e restrita a quatro atividades com a presença de educadoras do SOS Corpo. Estes limites previamente estabelecidos e as grandes diferenças entre as seis entidades determinaram as possibilidades metodológicas desta experiência. Fizeram parte: Movimento Ibiapabano de Mulheres (Ceará), Grupo Cidadania Feminina (Pernambuco), Grupo de Mulheres Negras Malunga (Goiás), Movimento de Mulheres da Mata (Pernambuco), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na região Nordeste, e três organizações de mulheres negras do Maranhão tomadas em conjunto: Centro Akoni Mulher, Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa e Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina dos Reis.

Partimos do princípio que deveríamos ter orientações metodológicas comuns para assessorar as seis organizações com vistas ao fortalecimento do movimento. Estas orientações tomaram por base as referências pedagógicas do movimento feminista: construir processos participativos, que considerem a pessoa e o coletivo e sejam capazes de gerar autonomia, aprofundem a análise da situação das mulheres e fortaleçam a atuação pública de cada organização e das redes que integram de uma forma crítica e propositiva, frente à sociedade e ao Estado.

Uma ideia-força nos movia: gerar condições de fundamentação da atuação das organizações no interior do feminismo a partir de suas causas e de seus contextos, ou seja, ampliar o sentido de pertencimento ao movimento feminista, mas não apenas como adesão e sim com capacidade de reconfiguração do próprio movimento. Como indica Françoise Collin, citada por Ávila ao falar das recém-chegadas à cidadania, o novo nunca pode ser apenas agregado

ao velho; ao entrar, ele reestrutura o que existia anteriormente. Segundo ela “uma entidade já constituída não pode pretender assimilar puramente e simplesmente as/os recém-chegados/as sem se deixar questionar por eles e por elas.”⁵

Para isso, cada educadora do SOS Corpo que acompanhou as organizações⁶ construiu com as integrantes um percurso metodológico próprio. O sentido geral deste percurso na maioria das organizações assessoradas foi: 1) diagnosticar a situação do grupo ou movimento, analisando também a situação das mulheres em cada contexto específico; 2) projetar que elementos seriam fundamentais para o seu fortalecimento, articulando-os em um plano de trabalho; 3) desenvolver atividades de formação feminista com o intuito de ampliar o horizonte teórico-político e, em alguns casos, 4) acompanhar processos de ação, seja de fortalecimento da organização local, de mobilização e pressão política, seja de reflexão e/ou planejamento visando ampliar a força do movimento.

No MIM, seguimos o percurso descrito acima e a ação local desenvolvida foi uma jornada percorrendo os nove municípios onde o Movimento existe, realizando grandes reuniões de mulheres. No Malunga, a ênfase esteve em contribuir para a elaboração coletiva do projeto político da organização, o que implicou em favorecer a rearticulação do grupo e ampliar a reflexão sobre sua ação junto às

5 COLLIN, Françoise. In: Ávila, Betânia. A participação das mulheres e a reforma política. Cadernos de Crítica Feminista, ano II, n. 1, dez. 2008.

6 As educadoras que assessoraram as organizações neste processo foram: Márcia Larangeira (Grupo Malunga), Taciana Gouveia (Grupo Cidadania Feminina), Carmen Silva (Movimento Ibiapabano de Mulheres), Sílvia Camurça e Carmen Silva (Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Movimento de Mulheres Camponesas-Nordeste) e estas duas com Eleny Xavier acompanharam os grupos de mulheres negras do Maranhão.

associações de comunidades quilombolas. Com as organizações de mulheres negras do Maranhão, o foco foi a ação educativa integrada a um processo de ação política de rearticulação do movimento de mulheres negras no estado. O Grupo Cidadania Feminina foi fortalecido via aporte de recursos para aquisição de sede própria com capacidade para abarcar a amplitude do seu trabalho e oficinas de reflexão com suas integrantes. A assessoria ao Movimento de Mulheres da Zona da Mata em Pernambuco deu continuidade a um processo anterior de organização local já desenvolvido pelo SOS Corpo⁷ e outras entidades e, neste período, contribuiu para a articulação das duas redes de mulheres da região em torno de lutas comuns definidas na Plenária das Mulheres da Mata e para aprofundar o sentido de pertencimento ao movimento feminista. Com o MMC, o acordo foi feito em torno de um processo curto que favorecesse a articulação do movimento na região Nordeste, capaz de analisar a situação, projetar ações locais e de âmbito regional, além de sensibilizar o grupo para o feminismo a partir de oficinas de reflexão.

Guardadas as diferenças entre as assessorias realizadas e entre estas e o curso de formação, podemos afirmar que este foi um processo construído em conjunto entre o SOS Corpo e as organizações de mulheres participantes. As propostas de trabalho desenvolvidas pelos grupos do curso foram de várias ordens: algumas voltadas para organização administrativa e financeira, outras para aquisição de equipamentos que dinamizassem as suas ações, outras ainda para realização de encontros de fortalecimento do movimento ou

⁷ A sistematização deste processo está publicada neste livro.

para garantir a participação do grupo no processo Fórum Social Mundial. Algumas propostas se voltaram especificamente para a realização de ações de formação com suas integrantes e/ou com público próximo e outras planejaram desencadear ou fortalecer processos de luta.

De posse do registro desta experiência educativa, o desafio anteriormente colocado para o feminismo torna-se mais forte. Será o feminismo capaz de agregar a amplitude das formas de organização e atuação do movimento de mulheres? Será o caso de agregar ou apenas de compreender? Que referências feministas podem ser articuladas para entender a dimensão destas experiências? A primeira referência que precisa ser reerguida são os princípios que fizeram o diferencial organizativo do movimento feminista na chamada segunda onda: as ideias de autonomia e horizontalidade. Para não cairmos em situação semelhante à analisada criticamente por Freeman em “A tirania da falta de estruturas”⁸ – até porque o momento não é mais o mesmo –, precisamos discutir sobre processos de organização e funcionamento de grupos locais, de articulação em redes regionais e nacionais, e refletir sobre a democracia desejável neste modo de organização de movimentos sociais.

É necessário situar a auto-organização das mulheres como parte do campo político dos movimentos sociais e como uma contribuição à elaboração dialética de um projeto político próprio deste

⁸ FREEMAN, Jo. A tirania da falta de estruturas. Tradução de Fany Rubio. Publicado por Fórum de Política Feminista – La organización de las asociaciones de mujeres. Subsídio por Mujeres em Red. s/d. Disponível em: <<http://gepafeminista.blogspot.com/2009/08/tirania-das-organizacoes-sem-estrutura.html>>. Acesso em: 15. 08. 2009.

campo. Ao mesmo tempo, o movimento de mulheres, e nele o feminismo, influencia os outros movimentos sociais e é por eles influenciado. A resistência feminista consiste em não se deixar emudecer e perder a capacidade de crítica geral ao sistema patriarcal capitalista e racista e à cultura política desenvolvida por este sistema que, infelizmente, perpassa também os próprios movimentos sociais.

O fortalecimento de organizações e movimentos de mulheres não pode estar restrito a questões de sustentabilidade financeira e/ou de consolidação de estruturas próprias de cada grupo ou movimento. As organizações precisam ser tomadas como uma unidade em si, mas também associadas ao campo político ao qual se vinculam. Daí a necessidade de refletirmos criticamente sobre: os modos de articulação que desenvolvemos em torno de nossas causas, a vivência democrática que estes modos possibilitam ou não, a capacidade de acolher o novo, a dimensão ética e estética da expressão pública frente à sociedade e as possibilidades reais de arrancar conquistas do Estado em torno dos nossos direitos. A força do movimento de mulheres e, dentro dele, do feminismo, está em sua capacidade de consolidar-se como organização autônoma e de fazer-se presente na cena pública como sujeito político a partir de suas lutas e de sua forma de expressão própria.

Sobre o SOS Corpo

O SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, no Nordeste do Brasil. Propõe-se a contribuir para a democratização da sociedade brasileira através da promoção da igualdade de gênero com justiça social. A ação do SOS Corpo tem como fundamento a ideia de que os movimentos de mulheres, como movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral. Para o SOS Corpo, a luta contra a pobreza, o racismo e a homofobia são dimensões fundamentais do feminismo da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal, produtor de desigualdades e sofrimento humano.



Sobre as Autoras

Carmen Silva

Mestre em História e Filosofia da Educação pela PUC-SP, educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e participante do FMPE/AMB – Fórum de Mulheres de Pernambuco e Articulação de Mulheres Brasileiras.

Silvia Camurça

Mestre em Sociologia pela UFPE, educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e atualmente integra a Coordenação Nacional da AMB –Articulação de Mulheres Brasileiras e do Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Verônica Ferreira

Pesquisadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e participante do FMPE/AMB – Fórum de Mulheres de Pernambuco e Articulação de Mulheres Brasileiras.





*Este livro foi finalizado em outubro de 2010.
Utiliza as fontes Amerigo BT (versão da Bitstream,
do Gerard Unger, de 1987) e a Mustardo
(da Fountain desenhada por Peter Bruhn).
A capa tem o papel duodesign 250g/m²
e o miolo, o offset 90 g/m².
Impresso na gráfica Provisual.
Tiragem de 2.000 exemplares.*

ISBN 978-85-89165-21-1



9 788589 165211



APOIO



Este trabalho foi desenvolvido com o apoio financeiro da União Europeia.

Os conteúdos expressos são de responsabilidade do SOS CORPO e não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia.